



Relatório de Gestão
2013 | 14

Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul



PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul
Parque dos Poderes, Bloco 13 - Campo Grande -
www.tjms.jus.br

Relatório da Gestão 2013/2014 - Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul
Campo Grande: Tribunal de Justiça, 2014 - v.I, 108 p.

Realização
Secretaria de Comunicação
Imagens
Secretaria de Comunicação
Impressão
Secretaria de Bens e Serviços

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

Gestão 2013/2014

Presidente

Des. Joenildo de Sousa Chaves

Vice-Presidente

Des. João Batista da Costa Marques
(de 1º de fevereiro de 2013 a 18 de junho de 2014)

Des. Paschoal Carmello Leandro
(a partir de 25 de junho de 2014)

Corregedora-Geral de Justiça

Des^a. Tânia Garcia de Freitas Borges

Diretora-Geral

Zelma Araújo Teixeira Munhoz

Juízes Auxiliares da Presidência

Dr. Odemilson Roberto Castro Fassa
(de 1º de fevereiro de 2013 a 25 de junho de 2014)

Dr^a. Elizabete Anache
(a partir de 30 de junho de 2014)

Dr. Olivar Augusto Roberti Coneglian
Dr. Vitor Luis de Oliveira Guibo

Juízes Auxiliares da Vice-Presidência

Dr. Aldo Ferreira da Silva Junior
(de 1º de fevereiro de 2013 a 31 de agosto de 2014)
Dr. Paulo Afonso de Oliveira

Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral de Justiça

Dr. Fernando Paes de Campos
Dr. Jose Ale Ahmad Netto

Tribunal Pleno

Des. Claudionor Miguel Absz Duarte

Des. Oswaldo Rodrigues de Melo

Des. Joenildo de Sousa Chaves

Des. Atapoã da Costa Feliz

Des. João Maria Lós

Des. Divoncir Schreiner Maran

Des^a. Tânia Garcia de Freitas Borges

Des. Paschoal Carmello Leandro

Des. Julizar Barbosa Trindade

Des. Romero Osme Dias Lopes

Des. Carlos Eduardo Contar

Des. Sérgio Fernandes Martins

Des. Sideni Soncini Pimentel

Des. Dorival Renato Pavan

Des. Vladimir Abreu da Silva

Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva

Des. Fernando Mauro Moreira Marinho

Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso

Des. Dorival Moreira dos Santos

Des. Marco André Nogueira Hanson

Des. Manoel Mendes Carli

Des. Ruy Celso Barbosa Florence

Des. Francisco Gerardo de Sousa

Des. Marcos José de Brito Rodrigues

Des^a. Maria Isabel de Matos Rocha

Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques

Des. Eduardo Machado Rocha

Des. Marcelo Câmara Rasslan

Des. Amaury da Silva Kuklinski

Juiz Vilson Bertelli

Juiz Odemilson Roberto Castro Fassa

Sumário

Apresentação.....	9
Tribunal de MS destaca-se entre as melhores cortes do Brasil.....	11
Desembargadores do TJMS julgam mais de 71 mil processos.....	13
Mais de 80% dos processos da Justiça Comum e Juizados são eletrônicos.....	14
Vice-Presidência do TJ julga mais de 22 mil recursos.....	15
Precatórios: Tribunal paga mais de R\$ 283 mi em precatórios.....	16
Tribunal de Justiça cria Comitê Estadual de Precatórios.....	17
Corregedoria realiza correições em 78% das comarcas do interior.....	18
Ações da COVEP beneficiam execução penal em MS.....	21
Mutirão carcerário analisa mais de 10 mil processos.....	23
Recursos da CEPA: Justiça destina R\$ 1,1 mi a entidades da Capital.....	25
Colegiado pode julgar feitos que envolvam organizações criminosas.....	27
Coordenadoria realiza ações em prol da Infância e Juventude em MS.....	28
Tribunal cria Central de Depoimento Especial em Campo Grande.....	32
Escola Judicial de MS realiza 466 ações de ensino.....	33
Conselho de Supervisão alcança melhorias para os Juizados de MS.....	37
Justiça Itinerante em Dourados amplia acesso ao Judiciário.....	40
TJ estende Juizado do Trânsito para comarcas do interior.....	41
Projetos do TJMS atenderão população ribeirinha de Corumbá.....	42
Link permite avaliação de juízes leigos e conciliadores.....	44
Núcleo de Solução de Conflitos tem 74% de acordos em audiências.....	45
Centros Judiciários buscam solução de conflitos.....	46
Ouvidoria Judiciária funciona como termômetro da prestação jurisdicional.....	47
Coordenadoria promove ações em defesa da mulher em situação de violência.....	49
Secretaria do Conselho da Magistratura distribui 3.069 processos.....	51
Justiça de MS instala cinco novas varas.....	53
Tribunal destaca-se no cumprimento de Metas do Judiciário.....	55
Oito metas de 2014 do Planejamento Estratégico estão cumpridas.....	57
Planejamento estratégico do TJMS para 2015-2020 é realizado de maneira participativa.....	58
Central de Processamento Eletrônico agiliza feitos judiciais.....	60
TJ cria programa de instalação de Postos Avançados da Justiça.....	62
Melhorias da infraestrutura do Judiciário beneficiam jurisdicionado.....	64
Tribunal adquire novos veículos para atender serviços.....	67

Coordenadoria gerencia processos findos das comarcas do interior.....	68
Tribunal cria Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos.....	69
Tribunal de Justiça institui Gabinete de Crise.....	70
Comunicação divulga realizações do Judiciário de MS.....	71
Canal eletrônico aproxima presidente do TJMS e servidores.....	73
TJ disponibiliza pautas de julgamento em TVs nos plenários.....	74
Tribunal de Justiça de MS lança novo portal.....	75
Biblioteca implanta novo sistema de gerenciamento e segurança.....	76
Gestão de Pessoal atua com programas em benefício dos servidores.....	77
Circuito de Bem-Estar propicia qualidade de vida no trabalho.....	79
Auxílio educação infantil beneficia mais de 500 servidores.....	81
Famílias de servidores contam com auxílio-funeral.....	82
Central de Serviços otimiza atendimento de TI.....	83
Gravação de audiências por videoconferência garante maior agilidade.....	84
Justiça de MS realiza primeira audiência por videoconferência com outro estado.....	85
Informações digitais do TJMS são armazenadas em sala segura.....	86
Magistrados e servidores contam com novos computadores.....	87
TJ disponibiliza primeiros terminais de peticionamento eletrônico.....	88
Tribunal institui nova Política de Segurança da Informação.....	89
Documentos de processos eletrônicos são armazenados de forma segura.....	90
Tribunal adquire novo equipamento de Banco de Dados.....	91
TJ implanta ferramentas de Informações Gerenciais.....	92
Nova ferramenta garante eficiência no Planejamento Orçamentário e Contratos.....	93
TI implanta monitoramento centralizado de serviços.....	94
Links redundantes mantêm funcionamento de sistemas da justiça estadual.....	95
Negociação evolui contratos do TJMS com a Softplan.....	96
TJMS integra e-SAJ com Cadastro Nacional dos Advogados.....	97
Sistema e-SAJ possibilita emissão de diligência para oficial de justiça.....	98
Certidão negativa de segundo grau é disponibilizada on-line.....	99
Implantado Processamento Paralelo para assinatura de documentos do SAJ.....	100
Semana do Júri agiliza julgamento de crimes dolosos contra a vida.....	101
TJ inaugura Espaço Cultural Desa. Marilza Lúcia Fortes.....	102
TJMS sedia exposição de protótipos baseados em estudos de Da Vinci.....	103
Tribunal de Justiça entrega Colar do Mérito Judiciário.....	104

Apresentação

Após 20 meses à frente da administração do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, finda-se minha gestão na Presidência do TJMS e faz-se necessária uma prestação de contas à sociedade de tudo o que foi realizado neste período em benefício daqueles que procuram na justiça a solução de seus litígios.

Desde minha assunção ao cargo, comprometi-me a administrar de forma compartilhada, com a colaboração de magistrados, servidores e todos os órgãos que poderiam auxiliar a justiça com uma prestação jurisdicional mais efetiva e célere. E assim foi feito.

Com o auxílio de todos os envolvidos, em especial dos desembargadores João Batista da Costa Marques, na Vice-Presidência, e por último o desembargador Paschoal Carmello Leandro no referido cargo, e a desembargadora Tânia Garcia de Freitas Borges, na Corregedoria-Geral de Justiça, conseguimos avanços que mantiveram o Judiciário sul-mato-grossense em destaque no cenário nacional.

Neste relatório que ora se apresenta, as realizações desta gestão são pormenorizadas, ressaltando os projetos que marcam este período, os números que demonstram a eficiência dos julgadores de nosso Estado, além dos benefícios alcançados na Capital e nas comarcas do interior.

Dentre os projetos desenvolvidos, destaco os que estão servindo de modelo para tribunais de todo o país e tornaram o Poder Judiciário de MS referência aos demais. O primeiro deles é a Central de Processamento Eletrônico, a CPE.

A CPE nasceu da necessidade de se buscar soluções, não só para a celeridade processual, mas para a eficiência do Poder Judiciário. É uma proposta pioneira e ousada porque mexe em uma estrutura até então consolidada dos cartórios judiciais.

Devido às dificuldades encontradas, como o aumento na demanda e a difícil formação da força de trabalho, a Central uniformiza e agiliza procedimentos no âmbito das serventias de primeira instância, de modo a possibilitar o aumento do número de processos trabalhados por usuário em comparação com o modelo cartorário tradicional.

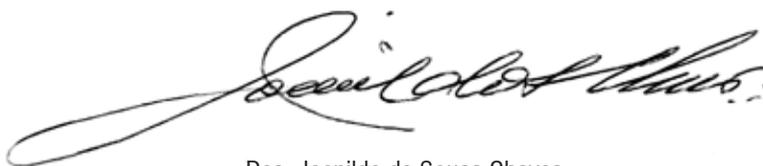
O outro projeto inovador a que demos início nesta gestão é a instalação dos Postos Avançados da Justiça. Com a proposta de chegar aos municípios e distritos que não possuem comarca instalada, por meio de parcerias com as prefeituras aproximamos a justiça do cidadão e disponibilizamos a prestação jurisdicional de forma eficiente e com custos reduzidos, permitindo que os jurisdicionados destas localidades tenham os mesmos trabalhos da justiça e possam resolver seus problemas, encaminhar sua ação e participar de audiências por videoconferência, sem a necessidade de deslocamentos.

Ressalto ainda a aquisição de prédio para funcionamento do Centro Integrado da Justiça, que recebeu a justa denominação do desembargador Nildo de Carvalho. Com área total construída de mais de 13 mil m², o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul contará com a estrutura para viabilizar as instalações de órgãos que compõem a justiça estadual, tais como Juizados Especiais, Coordenadoria da Infância e Juventude e Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul, dentre outros.

Termino esta administração com a consciência de ter feito o meu melhor em prol do Judiciário sul-mato-grossense. Foi um período de trabalho profícuo e produtivo, com a certeza do dever cumprido com a sociedade de nosso Estado.

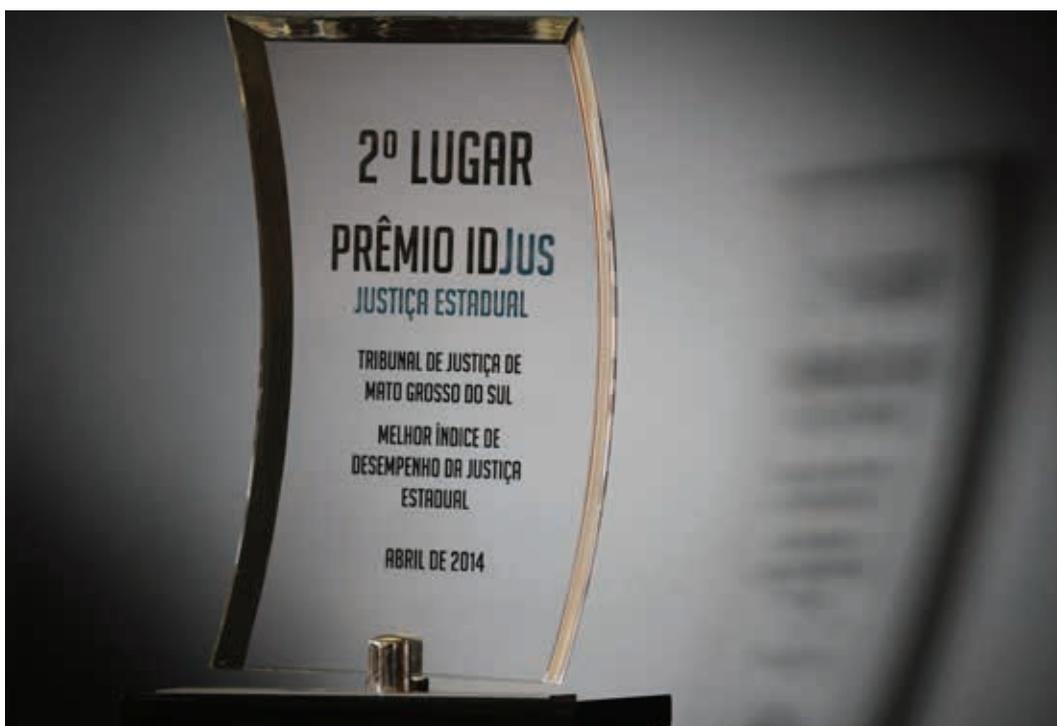
Agradeço o trabalho diário e eficaz de todos os pares que compõem o Tribunal de Justiça, dos operosos magistrados que judicam nas 52 comarcas e dos servidores, auxiliares essenciais para a prestação jurisdicional efetiva. Agradecimento especial aos competentes juizes auxiliares da Presidência, Odemilson Roberto Castro Fassa e posteriormente em seu lugar a juíza Elizabete Anache, os juizes Olivar Augusto Roberti Coneglian e Vitor Luis de Oliveira Guibo, e a todos os diretores, diretoras de secretaria e assessores. Para concluir, os meus agradecimentos a Deus, pela força, compreensão e tolerância, e à minha família, sustentação fundamental nesta jornada, que soube entender minha missão e me trouxe palavras de apoio e incentivo em todas as situações ao longo de minha carreira.

Boa leitura a todos.



Des. Joenildo de Sousa Chaves

Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul



Tribunal de MS destaca-se entre as melhores cortes do Brasil

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou, no início do mês de abril de 2014, indicadores de produtividade dos magistrados e servidores do Poder Judiciário Nacional. De acordo com o relatório, o Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) do Estado de Mato Grosso do Sul indicou 2.098 processos por magistrado, no ano de 2012, número muito superior à média nacional, estabelecida em 1.611.

O IPM coloca o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul entre os quatro Tribunais de Justiça mais produtivos do país, ficando abaixo somente dos Tribunais de Justiça do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, considerados

de grande porte. O índice demonstra que a produtividade dos magistrados do Judiciário sul-mato-grossense superou não só os Tribunais de pequeno porte, categoria à qual pertence, mas também todos os Tribunais de médio porte.

As informações foram calculadas com base nos dados do Relatório Justiça em Números de 2013 e levaram em consideração a quantidade de ações solucionadas no período entre janeiro e dezembro de 2012.

Eficiência – O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul alcançou em 2012 resultado máximo de produtividade dentre os tribunais estaduais, segundo o Índice de Produtividade Comparada

(IPC-Jus), e mesmo com a diminuição de aproximadamente 1% do número de servidores efetivos e magistrados, foi capaz de baixar mais processos comparativamente aos demais Tribunais de mesmo porte e com recursos semelhantes, segundo dados do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ.

Metas – Conforme relatório do cumprimento das Metas nacionais do Poder Judiciário dos anos de 2009 a 2013, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul figura entre as melhores cortes estaduais do Brasil. As estatísticas revelam que neste período o Tribunal sul-mato-grossense cumpriu as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, ainda, posicionou-se entre os primeiros tribunais no cumprimento das principais delas.

Destaques para os números da Meta 1 de 2013 (processos de conhecimento julgados em relação aos distribuídos no mesmo ano) com 103,45%, bem como os números da Meta 2 dos anos de 2012 e 2013 (julgamento de pelo menos, 90% dos processos de 2º grau e de Turmas Recursais de 2007 e 2008, respectivamente) com 111,10%.

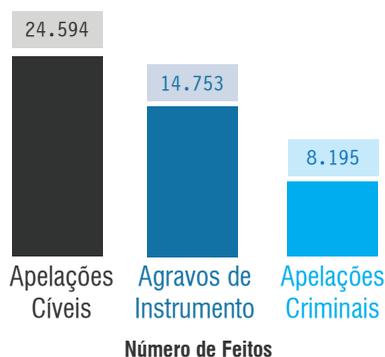
Os números mais expressivos foram da Meta 3 de 2010, em que o TJMS foi o Tribunal brasileiro que melhor apresentou resultados, com 998,50% do cumprimento desta meta não-fiscal, e da Meta 5 de 2010, em que o TJMS ficou em primeiro lugar entre os tribunais estaduais, apresentando 200% ao implementar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau.

Troféu – O TJMS recebeu do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) um troféu em reconhecimento à segunda colocação na 3ª edição do Índice de Desempenho da Justiça (IDJus), conforme relatório apresentado no dia 7 de abril de 2014. A pesquisa é um indicador sistemático sobre a gestão dos tribunais brasileiros. O objetivo do IDJus é permitir a mensuração das diferenças de produtividade entre os segmentos do Judiciário para auxiliar na melhor utilização dos recursos.

Em 2012, o IDJus da Justiça Estadual foi de 49,5. Dos 27 tribunais estaduais analisados, apenas 12 apresentaram índices acima dessa média, dentre eles, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, que obteve 58,4, sendo o 2º mais eficiente do Brasil, atrás apenas do TJRS. Em terceiro lugar vem o TJRJ com 58.

Exemplo – Com os resultados alcançados, o presidente do Tribunal de Justiça de MS, Des. Joenildo de Sousa Chaves, apresentou as boas práticas aplicadas na justiça sul-mato-grossense em evento do Conselho Nacional de Justiça no mês de outubro de 2013, em Brasília.

Desembargadores do TJMS julgam mais de 71 mil processos



Os desembargadores que compõem o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul julgaram 71.435 processos de fevereiro de 2013 a julho de 2014. A distribuição ficou em 78.556 novos feitos. Neste período foram publicados 50.029 acórdãos e realizadas 677 sessões de julgamento.

Dentre os processos julgados, foram 53.720 acórdãos dos colegiados e 17.715 decisões monocráticas dos desembargadores. Do total de processos distribuídos, 58.870 ingressaram em formato eletrônico e 18.014 feitos físicos.

A classe processual com o maior número de feitos foi a de apelações cíveis, 24.594, seguida de agravos de instrumento, 14.753, e apelações criminais, 8.195.

Os dados fornecidos dizem respeito às Câmaras, Seções e ao Órgão Especial, excluída a Presidência e a Vice-Presidência.

Mais de 80% dos processos da Justiça Comum e Juizados são eletrônicos

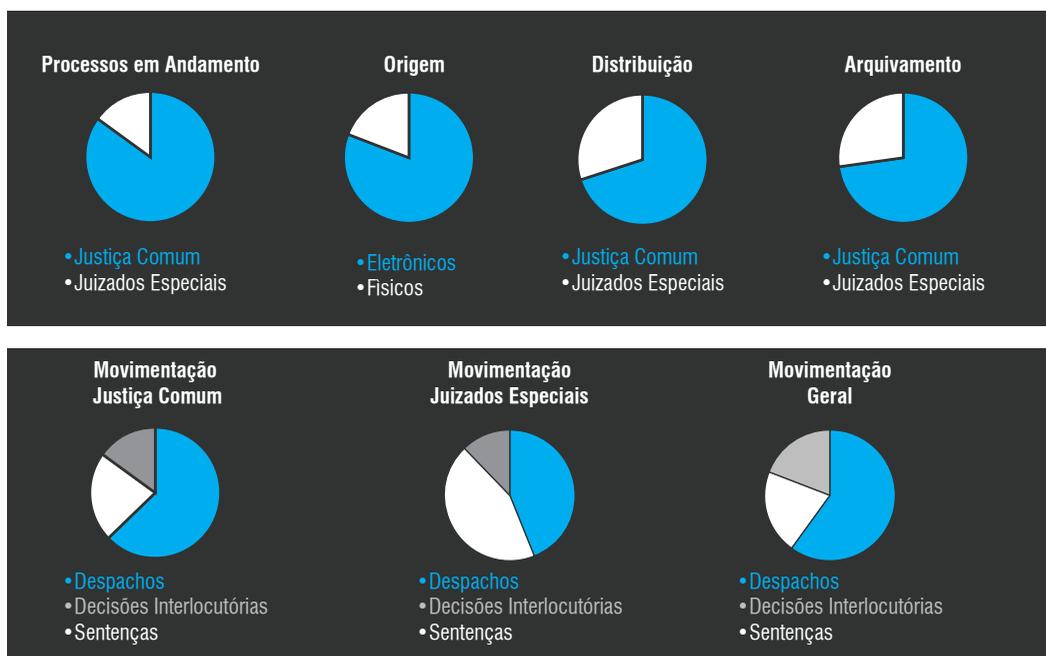
De acordo com dados do final do mês de julho de 2014, o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul possui 764.166 processos em andamento, dos quais 655.102 na Justiça Comum e 109.064 nos Juizados Especiais. Deste total, 621.165 são eletrônicos (81%) e 143.001 físicos (19%).

No período de fevereiro de 2013 a julho de 2014 foram distribuídos 602.133 processos, 425.713 feitos na Justiça Comum e 176.420 nos Juizados.

Foram arquivados definitivamente 548.056 feitos na Justiça Comum e 196.821 no Juizados, totalizando 744.877.

Tanto na justiça comum quanto nos juizados, o número de feitos arquivados definitivamente foi maior que o de distribuídos no período.

Em relação às movimentações do Poder Judiciário, entre fevereiro de 2013 e julho de 2014, foram 255.703 sentenças, 343.523 decisões interlocutórias e 1.018.021 despachos na Justiça Comum. Nos Juizados, foram 169.394 sentenças, 51.133 decisões interlocutórias e 175.591 despachos. O total geral da movimentação foi de 425.097 sentenças, 394.656 decisões interlocutórias e 1.193.612 despachos.



Vice-Presidência do TJ julga mais de 22 mil recursos



No período de janeiro de 2013 a julho de 2014, a Vice-Presidência do TJMS julgou 22.984 feitos distribuídos dentre recursos especiais e recursos extraordinários. Tramitam no órgão ainda os processos referentes a Precatórios, Pedido de Intervenção Estadual em Precatórios, Petições, Requisições de Pequeno Valor e Incidentes em Precatórios.

As ações mais distribuídas foram as de Recurso Especial, com 11.516 novos processos, sendo emitidas 14.278 decisões sobre esse recurso no mesmo período, o que significa que foram decididos cerca de 2,7 mil processos a mais do que a distribuição, diminuindo o estoque processual.

No mesmo período entraram no Judiciário 1.858 Recursos Extraordinários, sendo julgados 2.242 feitos.

Admissibilidade de recursos – Neste biênio, a Vice-Presidência admitiu 48 recursos extraordinários e negou 1.145. Em relação aos recursos especiais, 1.118 foram admitidos e encaminhados ao STF e 10.172 tiveram seguimento negado.

Vice-presidente – O Des. João Batista da Costa Marques esteve à frente da Vice-Presidência de 1º de fevereiro de 2013 a 18 de junho de 2014. A partir do dia 25 do mesmo mês, o Des. Paschoal Carmello Leandro assumiu o cargo.

Precatórios: Tribunal paga mais de R\$ 283 mi em precatórios

Na Gestão dos Precatórios, no período de fevereiro de 2013 a julho de 2014, o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul efetuou o pagamento de 8.429 processos, entre precatórios orçamentários e requisições de pequeno valor (RPV), contabilizando um montante de R\$ 283.053.427,39, dentre os quais R\$ 9.697.225,51 foram referentes a pagamentos de crédito preferencial. Os processos referentes a precatórios são de competência da Vice-Presidência do TJ.

Dos alvarás expedidos, 1.093 foram eletrônicos e 7.331 físicos. Outro número que também impressiona é a retenção tributária realizada na fonte, que alcança a cifra de R\$ 10.012.472,56, entre contribuição previdenciária e imposto de renda.

Em 1º de fevereiro de 2013, o Tribunal de Justiça contava com 6.042 precatórios, tendo sido distribuídos 3.732 novos processos e extintos 3.774, resultando em 6.000 precatórios tramitando em 30 de julho de 2014. Destes, 5.913 processos são eletrônicos e 87 físicos.

Contabilizam-se ainda 12.339 despachos e decisões, além da média de R\$ 11.804.336,61 em sequestros via Bacenjud no período.

Outro destaque da gestão foi a digitalização dos processos em 2013, que somado ao aperfeiçoamento do Sistema de Administração de Precatórios (SAPRE), implantado em abril de 2012, permite que

a classificação dos processos pela ordem de pagamento de cada ente devedor, atualizada em tempo real, possa ser consultada pelo público externo por meio do *link* https://www.tjms.jus.br/sapre/public/lista_externa.xhtml.

Neste biênio, a gestão dos precatórios pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul também foi evidência no país, servindo de referência para outros Estados, a exemplo da visita realizada pelo juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará, Francisco Eduardo Batista, no dia 2 de julho de 2013.

A visita teve como objetivo primordial trocar informações para a informatização dos precatórios naquele Estado, bem como tomar conhecimento do SAPRE, visando estabelecer a parceria entre os tribunais para a cooperação técnica com o fim de levar essa ferramenta para o TJCE, efetivada nos meses subsequentes.

Todos os resultados alcançados pelo Tribunal de Justiça na gestão dos precatórios são publicados mensalmente no Diário da Justiça e no Portal do Tribunal.

Dessa maneira, os trabalhos realizados na gestão dos precatórios revelam empenho e diligência para que os pagamentos ocorram com publicidade e agilidade, refletindo em uma prestação jurisdicional que preza pelo atendimento aos cidadãos com celeridade e transparência.

Tribunal de Justiça cria Comitê Estadual de Precatórios



o tema; instituir medidas concretas e ações coordenadas com vistas à regularização do pagamento de precatórios, como garantia de efetividade da prestação jurisdicional e respeito ao Estado de Direito; congrega magistrados vinculados à matéria nos Estados e Distrito Federal; aperfeiçoar o sistema de gestão de precatórios e promover a atualização de seus membros pelo intercâmbio de conhecimentos e de experiências; uniformizar métodos de trabalhos, procedimentos e editar enunciados e manter intercâmbio, dentro dos limites de sua finalidade, com entidades de natureza jurídica e social do país e do exterior, conforme estabelece o artigo 2º da Resolução.

O Tribunal de Justiça instituiu, no mês de junho de 2013, o Comitê de Precatórios de Mato Grosso do Sul, que tem a função de estabelecer a comunicação do Tribunal com o Comitê Nacional de Precatórios e com o Fórum Nacional de Precatórios (FONAPREC).

A criação do Comitê é uma orientação da Resolução 158 do Conselho Nacional de Justiça, que criou o FONAPREC para propor atos normativos voltados à implantação e modernização de rotinas, à organização, à especialização e à estruturação dos órgãos competentes para atuação na gestão de precatórios nos tribunais de justiça; o estudo e a proposição de medidas para o aprimoramento da legislação pertinente, incluindo a solução, a prevenção de problemas e a regularização das questões que envolvam

Corregedoria realiza correições em 78% das comarcas do interior

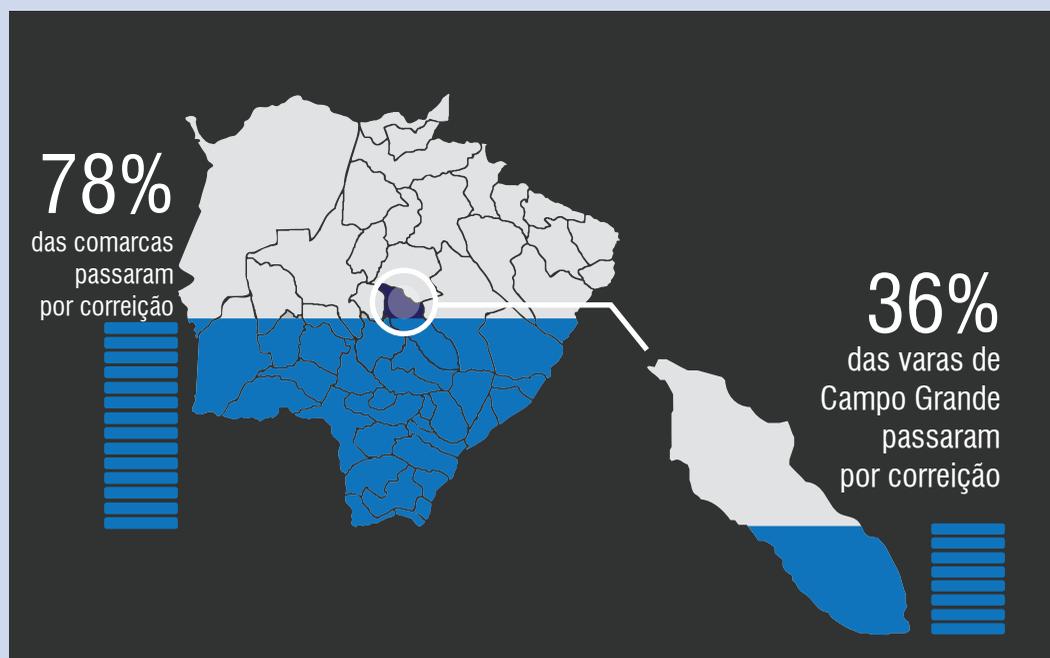
Desde o dia 1º de fevereiro de 2013, sob gestão e orientação da Des.^a Tânia Garcia de Freitas Borges, a Corregedoria-Geral de Justiça desenvolveu diversas ações que alcançaram o objetivo de dinamizar, informar, auxiliar e garantir o necessário para o desempenho dos deveres do judiciário sul-mato-grossense.

Do início da gestão até o mês de junho de 2014, das 51 comarcas do interior de MS, 40 passaram por correição, o que corresponde a 78,4% do total. Dessas, 22 são de 1ª Entrância, 17 de 2ª Entrância, e a Comarca de Dourados, de Entrância Especial. Com relação à Comarca de Campo Grande, composta por 60 varas, 22 delas foram submetidas à atividade correicional, ou seja, 36,6% do total.

Além das comarcas e varas, também foi realizada correição na Coordenadoria das Turmas Recursais, subordinada ao Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

Em relação às correições nos cartórios extrajudiciais, constam 170 serventias extrajudiciais nas 52 Comarcas do Estado de Mato Grosso do Sul, das quais 78 foram correicionadas, representando 45,88% do total das serventias. Também realizou transmissão de acervo em oito unidades e inspecionou outras três.

Dentre os Atos Normativos, foram baixados 31 Provimentos e 20 Portarias. No mesmo período foram analisadas 82 portarias editadas pelos Juizes de Primeira Instância e encaminhadas à Corregedoria-Geral de Justiça. Dessa análise resultou





a revogação de quatro portarias e a retificação de três. Foram emitidos ainda 343 pareceres e 124 decisões. No período foram emitidas 244 certidões.

Na padronização de procedimentos cartorários destaca-se a disponibilização do novo GPS - Guia Procedimental do Servidor, referente ao biênio 2013/2014, que trata de orientações cartorárias para tramitação de processo eletrônico aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, elaborado por iniciativa do DEPMI – Departamento de Padronização de Primeira Instância -, sob a supervisão da Diretora da Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça.

O GPS é uma importante ferramenta que traz orientações simples e práticas acerca da execução das atividades cartorárias e possui o objetivo de auxiliar o servidor para o correto procedimento de tramitação de processos judiciais eletrônicos, formatado no Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau, objetivando facilitar as rotinas de trabalho.

O DEPMI ainda prestou orientação sobre os procedimentos do processo eletrônico e práticas cartorárias aos servidores de diversas varas da Capital, além de sete comarcas do interior.

CEESRAD – Nos anos de 2013 e 2014 a Corregedoria-Geral de Justiça teve forte participação junto ao Comitê Gestor para Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica - CEESRAD/MS, mormente junto à comunidade indígena de nosso Estado.

Somente na Comarca de Amambai/MS foram concedidos cerca de 1.300 atos de registros de nascimentos, bem como a expedição das respectivas certidões. A pretensão da CEESRAD é conceder cidadania a aproximadamente 70.000 indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Unidades Interligadas – Em cumprimento ao Provimento nº 18 do Conselho Nacional de Justiça, a Corregedoria-Geral de Justiça, com a Superintendência de Gestão da Informação do Estado de Mato Grosso do Sul - SGI/MS, desenvolveu o Sistema de Emissão de Certidão de Nascimento - SECN, com vista à implantação de Unidades Interligadas dos Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais no interior de maternidades ou unidades hospitalares que realizam parto.

Concurso – Com a abertura do IV Concurso Público para Ingresso aos Serviços Notariais e de Registros vagos ou vagos/*sub judice* do Estado de Mato Grosso do Sul, a Corregedoria-Geral de Justiça, por delegação da Presidência do Tribunal, passou a conduzir o certame.

Evento – Além da participação da Corregedora e de seus juizes auxiliares

em diversos eventos relacionados aos trabalhos da Corregedoria-Geral de Justiça, destacam-se a participação na realização dos eventos: IV Encontro dos Juizes dos Juizados Especiais de MS, VIII e IX Encontro Estadual dos Psicólogos e Assistentes Sociais do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, Encontro de Escrivães e Chefes de Cartório; e Encontro de Secretários e Diretores de Administração do Poder Judiciário.

Outras Atividades – Neste biênio, a Corregedoria realizou o processo para habilitação que resultou no credenciamento de 10 empresas para executar leilão eletrônico de bens apreendidos e penhorados em processos da Justiça Estadual.

No período, também foi elaborado o Plano de Gestão da Corregedoria-Geral de Justiça, referente ao Biênio 2013/2014, composto pelas Metas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Dentre outras ações, destacam-se: a publicação de 201 avisos de selos cancelados em outros Estados; solicitação de implementações com o objetivo de regularizar e adequar as configurações no SAJ, tais como pedidos de criação, inclusão e exclusão de filas, movimentações e peças;

estudo para padronização de Modelos da Instituição; orientação de quatro novos técnicos para a utilização e funcionalidades do SICOP (Sistema de Controle Psicossocial) bem como, solicitação de treinamento para esses técnicos; gerenciamento do manejo – por demanda, licença-médica ou maternidade – de oito técnicos de nível superior, com habilitação em serviço social e psicologia, a fim de não interromper o atendimento em 12 comarcas do Estado; recepção das Certidões de Dívida Ativa expedidas pelas comarcas do Estado, controle e gerenciamento das informações encaminhadas; gerenciamento das informações recebidas das Varas no que tange aos processos arquivados fora do SAJ; encaminhamento para perícia de 80 processos provenientes das Comarcas do Interior e devolução de 256 para os respectivos cartórios.

Atendimentos – De fevereiro de 2013 a junho de 2014, a Corregedoria-Geral de Justiça prestou 31.058 atendimentos: com destaque para 7.206 por e-mail e 18.462 por telefone.



Encontro Estadual dos Psicólogos e Assistentes Sociais

Ações da COVEP beneficiam execução penal em MS

Foto: Assessoria de Imprensa AGEPEN



De fevereiro de 2013 a julho de 2014, a Coordenadoria das Varas de Execução Penal do Estado do Mato Grosso do Sul reuniu frequentemente seus membros com o diretor presidente e o diretor de operações da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen) para deliberar sobre os pedidos de transferências dos presos condenados e provisórios que se encontram recolhidos nas cadeias públicas, delegacias de polícia e unidades penais do Estado, como uma forma de gerenciar as vagas nos Estabelecimentos Penais.

Neste período, diversas reuniões foram realizadas para a discussão de melhorias no sistema carcerário estadual. Dentre as conquistas atingidas, destaca-se a assinatura de contratos de liberação de verbas para a construção de duas cadeias públicas masculinas, com capacidade

para 603 vagas cada uma, e uma cadeia pública feminina com capacidade para 407 vagas, as quais serão construídas no complexo Penitenciário da Gameleira, em Campo Grande.

A Corregedora-Geral de Justiça e Coordenadora das Varas de Execução Penal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Desa. Tânia Garcia de Freitas Borges, juntamente com os juízes membros e diretores da Agência Estadual de Administração Penitenciária, visitou os presídios masculinos de regime fechado de Ponta Porã e Jardim a fim de buscar mecanismos que contribuam para a melhoria dos espaços dessas unidades penais.

Os membros da COVEP também visitaram: as obras de ampliação no Estabelecimento Penal de Rio Brillhante (EPRB) e da Unidade Penal Ricardo Brandão (UPRB), em Ponta Porã, resultado

da parceria entre a AGEPEN e os Conselhos da Comunidade locais, gerenciados pelo Tribunal de Justiça, com mão de obra dos próprios detentos; o Estabelecimento Penal Masculino de Coxim, para analisar a possibilidade de ampliação da unidade prisional em pelo menos mais 100 vagas; o Estabelecimento Penal de Bataguassu (EPB), com o objetivo de colaborar com a melhoria do sistema penitenciário local, vistoriar a estrutura e conhecer os projetos de ressocialização dos presos da comarca; o Estabelecimento Penal de Naviraí, com o objetivo de colaborar com a melhoria das unidades prisionais locais, vistoriar a estrutura física, as oficinas de trabalho, e verificar a assistência à saúde e educação oferecidas aos presos da comarca; e a Comarca de Três Lagoas, com o objetivo de vistoriar as unidades penais e discutir com o Poder Executivo Municipal, juntamente com o Conselho da Comunidade local, a viabilidade de providenciar trabalho para os presos de Três Lagoas.

Composta pela Coordenadora-Geral, desembargadora Tânia Garcia de

Freitas Borges, o juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, Fernando Paes de Campos, o juiz auxiliar da Presidência, Vitor Luis de Oliveira Guibo, juiz de Direito da Vara Criminal, Thiago Nagasawa Tanaka, e o juiz da 2ª Vara de Execução Penal, Albino Coimbra Neto, a COVEP tem a finalidade de controlar e fiscalizar o sistema carcerário, sistematizar a regionalização das Varas de Execução Penal para o cumprimento de pena em regime fechado, como mecanismo de efetivo controle da população carcerária e monitoramento das vagas e amenizar o problema da superlotação carcerária.

Compete à Coordenadoria o gerenciamento global das transferências temporárias ou definitivas de presos entre unidades penitenciárias, o que se dará por provocação da Agência Penitenciária (Agepen) ou provocação do juiz da comarca onde estiver o preso que deverá ser transferido. Cabe ainda à COVEP a elaboração de parecer acerca dos pedidos de interdições das unidades penais do Estado para posterior deliberação da Corregedoria-Geral de Justiça.





Mutirão carcerário analisa mais de 10 mil processos

No período de 3 de junho a 3 de julho foi realizado o Mutirão Carcerário de 2013. Planejada e coordenada pela Coordenadoria das Varas de Execução Penal (COVEP), nessa edição foram analisados 10.461 processos, dos quais 2.429 envolviam presos provisórios e 8.032 processos de condenados.

Foram concedidos 1.585 benefícios a presos condenados e 213 benefícios a presos provisórios. 5.752 processos de presos condenados e 2.212 de presos provisórios não resultaram em concessão de benefícios. Foram também proferidas 699 decisões para cumprimento de diligências.

Dentre os benefícios concedidos aos presos condenados estão: 30 extinções de pena com soltura, 490 remições de pena, 92 progressões para o regime aberto, 426 para regime semiaberto e 185 livramento condicional. No que se refere aos presos provisórios, os juízes

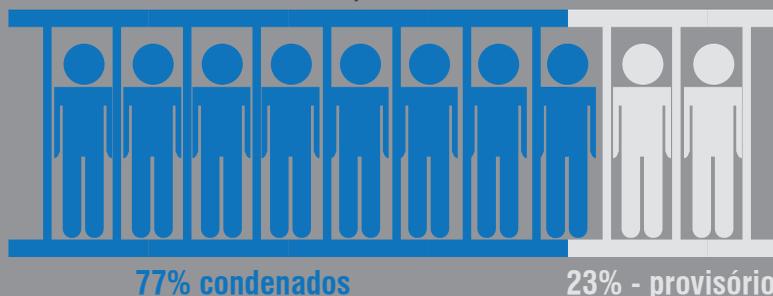
da causa concederam 196 liberdades. Das 5.752 Guias de Recolhimento, 5.200 encontravam-se com pena em cumprimento regular, sendo indeferidos 237 benefícios e determinadas 192 regressões de regime. Quanto aos presos provisórios, foram mantidas 2.212 prisões.

Só não foram objetos do mutirão os processos de apenados foragidos, em livramento condicional, em prisão domiciliar, com medidas de segurança consistente em tratamento ambulatorial e penas não privativas de liberdade, e nos casos em que a ação atendeu previsão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O mutirão envolveu varas criminais de todas as comarcas sul-mato-grossenses.

Simultaneamente ao mutirão, foi realizado um cronograma de visitas às unidades penais de 12 cidades do interior, onde foram verificadas questões de infraestrutura, rotinas de trabalho e condições gerais da unidade.

Números do Mutirão Carcerário

10.461 processos analisados



5.752

Presos condenados



Benefícios Negados

2.212

Presos provisórios

1.585

Presos condenados



Benefícios Concedidos

213

Presos provisórios



Tipos de benefícios concedidos

- **30** extinções de pena com soltura
- **490** remições de pena
- **92** progressões para o regime aberto
- **426** para regime semiaberto
- **185** livramento condicional
- **196** liberdades (presos provisórios)

5.752

Guias de Recolhimento



Irregular

90%
Regular

237 benefícios indeferidos

192 regressões de regime

Recursos da CEPA: Justiça destina R\$ 1,1 mi a entidades da Capital



Projeto pioneiro no país desenvolvido pela Central de Execução de Penas Alternativas (CEPA) do TJMS, que destina dinheiro de pequenos crimes para projetos de instituições sociais, doou, somente em 2013, quase R\$ 700 mil para obras sociais. Desde o ano de 2009 já foram doados pelo Judiciário sul-mato-grossense cerca de R\$ 2,5 milhões a projetos sociais na Capital.

Dentre os projetos contemplados, destaca-se a unidade feminina da Fazenda da Esperança, comunidade terapêutica de recuperação de dependentes químicos, que recebeu, no dia 18 de outubro de 2013, a casa de triagem custeada pelo Poder Judiciário Estadual. Foram destinados R\$ 411.000,00 para a obra.

No ano de 2014, a justiça criminal do Estado, por meio da CEPA, vinculada à 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande, destinou R\$ 489 mil a instituições sociais da Capital. O recurso é proveniente da arrecadação das penas pecuniárias, em que os réus são condenados ao pagamento de uma quantia em dinheiro.

Ao todo, foram encaminhados 19 projetos para a Central, dos quais 11 instituições sociais foram selecionadas e receberam quantias que variam de R\$ 170 mil a R\$ 3 mil.

O diferencial que vem sendo feito de forma pioneira em Campo Grande é quanto à destinação dos recursos. Se antes as quantias arrecadadas com as penas pecuniárias eram pulverizadas em

pequenas quantias às diversas instituições ou então ao pagamento de cestas básicas, hoje não funciona mais assim. Todo o dinheiro é depositado em uma subconta judicial da Central de Execução de Penas Alternativas (CEPA), vinculada a 2ª VEP. Assim, a CEPA administra a destinação desses recursos para projetos sociais apresentados pelas instituições e aprovados pela Vara após análise do judiciário e parecer do Ministério Público.

Calçamento Social – Lançado em abril de 2013 pelo juiz da 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande, Albino Coimbra Neto, o projeto “Calçamento Social” teve como primeira instituição contemplada o Hospital Nosso Lar, que ocupa um quarteirão e seu entorno não possuía calçamento. O projeto “Calçamento Social” é custeado, produzido e executado pelo preso. Isso porque os presos, de segunda a sexta-feira, trabalham em uma fábrica de pisos dentro do presídio da Gameleira e aos sábados e domingos trabalham voluntariamente na fábrica.

Toda a produção desses dias é destinada

ao projeto. O dinheiro para a aquisição do material (areia, pedra e cimento) para a produção dos pisos também vem dos presos. Ou seja, do percentual do salário deles que é descontado e destinado para este fim.

O “Calçamento Social” já beneficiou entidades como a Apae, Hospital Nosso Lar e Hospital São Julião, onde foram construídos mais de 600 m² de calçamento.

Pintando Educação com Liberdade

– Mantendo esta linha de trabalho, o juiz inovou e criou o projeto Pintando Educação com Liberdade, em que se utiliza mão de obra e dinheiro de presos para reforma de escolas. Por meio de portaria, desconta-se 10% no salário dos presos que trabalham e os valores, além de ajudar no custeio dos próprios presos, auxiliam em ações sociais como esta.

Por meio deste projeto, as escolas estaduais Delmira Ramos e Brasilina Ferraz Mantero receberam a equipe de presos da Gameleira para a reforma do prédio.



Escola Delmira Ramos, no Coophavilla II, reformada pelo projeto Pintando Educação com Liberdade

Colegiado pode julgar feitos que envolvam **organizações criminosas**



O Tribunal de Justiça de MS publicou, no dia 22 de março de 2013, a Resolução nº 582, que dispõe sobre a formação de órgão colegiado para julgamento de feitos envolvendo organizações criminosas, como previsto na Lei Federal nº 12.694/12. A medida visa proteger magistrados em caso de ameaças ou riscos decorrentes de processos e procedimentos envolvendo crimes praticados por organizações criminosas.

Pela resolução, ao instaurar o colegiado, em expediente reservado, o juiz indicará à Corregedoria-Geral de Justiça motivos e circunstâncias que acarretam risco à sua integridade física ou a de seus familiares, mandando certificar nos autos que se trata de formação de colegiado.

O colegiado será formado pelo juiz do processo e mais dois juízes escolhidos, mediante sorteio, pela Corregedoria-Geral

de Justiça de MS, e sua competência será limitada à prática do ato processual que justificou sua criação.

Para garantir a segurança do juiz, as decisões do colegiado - firmadas, sem exceção, por todos os integrantes - serão publicadas sem nenhuma referência a voto divergente de qualquer membro. E mais: as comunicações entre os integrantes do colegiado serão feitas por meio seguro, registrando-se nos autos sua ocorrência para realização do ato para o qual o colegiado se formou.

As reuniões podem ser sigilosas, apenas em situações excepcionais será admitida a expedição de carta precatória. Os atos processuais podem ser praticados por videoconferência e as peças processuais serão obrigatoriamente digitalizadas.

Coordenadoria realiza ações em prol da **Infância e Juventude** em MS



No biênio 2013/2014, a Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ), sob a coordenação da desembargadora Maria Isabel de Matos Rocha, deu continuidade aos projetos iniciados na coordenação anterior e implantou novos projetos e atividades. Com ênfase no aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e na melhoria da estrutura da Coordenadoria e das Varas de Infância, foram desenvolvidas ações para dar apoio aos magistrados e técnicos em sua atuação.

A Coordenadoria implantou projetos inovadores, como o Projeto Reforço Escolar e o Projeto Guarda Sonhos, visando beneficiar crianças das entidades de acolhimento. O primeiro atende crianças de entidades de acolhimento em suas atividades e tarefas escolares contemplando os aspectos pedagógico, cognitivo e emocional, respeitando-as como um ser único, com particularidades individuais em processo de formação.

O segundo divulga os sonhos de crianças acolhidas, para que estes possam ser realizados por voluntários. O

Guarda Sonhos é uma ferramenta criada pela rádio Blink 102 FM, em parceria com o Projeto Padrinho, para lutar contra a falta da esperança. Foram realizados 29 atendimentos a crianças e adolescentes das entidades de acolhimento no Projeto Reforço Escolar, e 30 crianças e adolescentes foram atendidas pelo projeto Guarda Sonhos.

Para realizar estes projetos, a equipe multidisciplinar da Coordenadoria recebeu reforço de voluntários e estagiários acadêmicos de Universidades, por meio de convênios de parcerias com a UFMS e com a UEMS, proporcionando às instituições a oferta de campos e atividades de estágio para acadêmicos dos cursos de Psicologia e Assistência Social, os quais colaboraram na execução dos projetos, com o desempenho de atividades junto às entidades de acolhimento.

Em continuidade aos projetos já implantados, foram ampliadas as atuações do Projeto Padrinho, do Projeto Minha História, Minha Vida, do Programa de Atendimento da Justiça Restaurativa (PAJUR), do Programa da Justiça



Restaurativa nas Escolas e do convênio com o Instituto Mirim, o que proporciona aos adolescentes das entidades de acolhimento a oportunidade de ingressar como mirim no Poder Judiciário.

A equipe multiprofissional da área de proteção atendeu 200 crianças no Projeto Padrinho e 76 crianças e adolescentes foram atendidos pelo Projeto Minha História, Minha Vida. Em Campo Grande foram beneficiadas as instituições Casa da Criança Peniel I, II e III, Meninas dos Olhos de Deus, Lygia Hans, Lar da Vovó Miloca e SOS Abrigo.

A equipe multiprofissional da área socioeducativa do Programa de Atendimento da Justiça Restaurativa Juvenil atuou em processos da Vara da Infância e Juventude de Campo Grande, tendo realizado 517 pré-círculos, 41 círculos restaurativos, 53 círculos familiares, 35 pós-círculos, 58 encaminhamentos e 58 visitas institucionais.

Em relação ao Programa de Atendimento da Justiça Restaurativa

nas Escolas, foram atendidas 10 escolas estaduais e realizados 544 procedimentos restaurativos, 4.211 alunos participaram dos círculos de diálogo, 742 pais participaram das reuniões e 368 funcionários das escolas foram sensibilizados. Também foram realizadas atividades de expansão e de divulgação do projeto com participação em desfiles cívicos e palestras de divulgação e/ou círculo de diálogo.

O projeto Releitura de Obras atendeu quatro entidades de acolhimento e 53 crianças, porém, foi mais que um trabalho, pois permitiu uma nova forma de encarar a vida. A proposta do Releitura de Obras é fazer com que cada criança tenha acesso ao universo da arte, de forma participativa e criativa, após receber informações e despertar o interesse por cada obra escolhida. Ao reproduzir a obra, a criança desenvolve a imaginação, a criatividade e o conhecimento cultural e para sua vida. O primeiro autor a ter a releitura de suas obras foi Isaac de Oliveira.

E para aprimorar o conhecimento sobre reciclagem e sustentabilidade, por meio da construção de brinquedos e jogos, a equipe da CIJ desenvolveu o projeto Fabricando Meus Brinquedos, que promove a educação para responsabilidade ambiental e, ao mesmo tempo, colabora na redução da quantidade de lixo de forma lúdica e prazerosa, construindo novos objetos.

A equipe da Coordenadoria ainda visitou várias comarcas que solicitaram apoio na implantação de projetos específicos desenvolvidos pela CIJ.

Em outubro de 2013, foi publicada lei municipal que instituiu a Família Acolhedora na Comarca de Campo Grande, mais uma vitória da Coordenadoria, que divulgou e intercedeu em conjunto com a Vara da Infância, Juventude e Idoso da Capital, em apoio à elaboração e divulgação da norma.

Modalidade de acolhimento diferenciada que não se enquadra no conceito de abrigamento em entidade nem no de colocação em família substituta, o projeto Família Acolhedora é um serviço de acolhimento até que seja possível a reintegração familiar ou, excepcionalmente, adoção. Até o início do mês de agosto de 2014, 12 municípios sul-mato-grossenses já tinham a proposta implantada. Importante salientar que, apesar da lei, em Campo Grande ainda falta regulamentação.

A Coordenadoria também trabalhou em favor da implantação da Central de Depoimento Especial na Comarca de Campo Grande e da instalação do Programa de Depoimento Especial nas comarcas sedes de circunscrições. O programa demanda ações articuladas e capacitações, o que foi feito mediante cursos específicos para treinamento na técnica da entrevista cognitiva, destinados



a Juízes e Equipes que vão atuar na oitiva das crianças vítimas de violência (especialmente juízes criminais e da infância).

Ainda com o objetivo de atender melhor crianças e adolescentes vítimas de violência, foi proposta a criação de uma Vara Especializada de Violência contra Criança e Adolescente na Capital, assim como foi promovida, mediante proposta da CIJ, alteração da lotação dos psicólogos e assistentes sociais da Comarca de Campo Grande, visando melhorar a produtividade e a qualidade no serviço público, e assegurar equipes psicossociais especializadas privativas para atuarem nas Varas da Infância da Capital.

Para divulgar suas ações à sociedade, foi criado no Portal do Tribunal de Justiça um espaço da Coordenadoria da Infância e Juventude, com informações atualizadas e materiais de apoio destinadas aos profissionais ligados à área. No endereço eletrônico estão disponíveis leis, links, relatos de experiências exitosas do Estado, artigos jurídicos, vídeos, cartilhas, notícias e descrição dos projetos desenvolvidos pela Coordenadoria. Tanto a Coordenadora da Infância, Des^a Maria Isabel de Matos Rocha, como os juízes auxiliares da Coordenadoria, Katy Braun do Prado e Roberto Ferreira Filho, compareceram em palestras e entrevistas nos vários meios de comunicação social para esclarecerem e informarem sobre temas relacionados à Infância e Juventude.

Aperfeiçoamento – A Coordenadoria realizou várias ações com o objetivo do aperfeiçoamento de magistrados e técnicos (psicólogos, assistentes sociais e pedagogos). Visando maior interação dos magistrados

da infância, implantou-se uma lista de discussões via *e-mail*, para fomentar debates e experiências em um ambiente virtual informal aos quais todos têm acesso a qualquer momento.

A prioridade foi a realização de cursos destinados a juízes e técnicos das equipes da infância. Em parceria com a Escola Judicial de MS (Ejud-MS), foram realizadas capacitações, presenciais e a distância, para magistrados e servidores, além do apoio à participação em vários eventos e cursos de capacitação. Na modalidade do ensino a distância, a CIJ, em parceria com a Ejud-MS, implantou no Ambiente Virtual de Aprendizagem da Escola Fóruns de Debates para fomentar as discussões dos magistrados da infância e juventude sobre temas da área.

O apoio da administração do Tribunal de Justiça, o aumento no quantitativo de servidores na Coordenadoria da Infância e Juventude e a dedicação de toda a equipe foram fatores primordiais que possibilitaram ampliação dos projetos da CIJ e implantação de novos projetos, visando apoio às ações de garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Tribunal cria **Central de Depoimento Especial** em Campo Grande



O Tribunal de Justiça criou, no início do mês de abril de 2014, a Central de Depoimento Especial em Campo Grande e estabeleceu o procedimento deste tipo de depoimento.

A central auxilia os juízos na oitiva de criança e adolescente vítima ou testemunha de violência, e realiza a colheita do depoimento em ambiente separado da sala de audiência, por meio de videoconferência (áudio e imagem), proporcionando segurança, privacidade, conforto e condições de acolhimento aos depoentes.

O áudio e a imagem do depoimento especial são gravados no Sistema de Automação da Justiça (SAJ), na configuração de sigilo absoluto, sendo o áudio degravado e anexado ao processo. Fica vedada a reprodução do áudio e da

imagem do depoimento especial, assim como sua utilização para outra finalidade que não judicial.

Inauguração – No dia 23 de maio foi inaugurada a Central de Depoimento Especial. O novo espaço do Judiciário atende a Recomendação nº 33 do Conselho Nacional de Justiça, que sugere a implantação de sistemas apropriados para a tomada de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes.

A primeira escuta especial foi realizada no dia 10 de junho, em um processo da 7ª Vara Criminal da Capital. Uma criança de cinco anos foi entrevistada por uma assistente social, técnica da coordenadoria da Infância e Juventude.

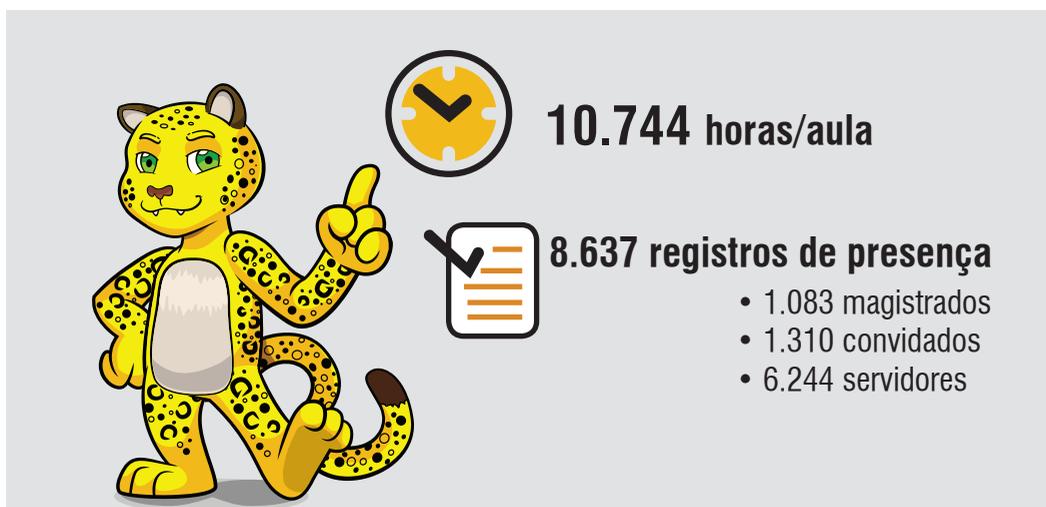


Escola Judicial de MS realiza 466 ações de ensino

Desde a sua criação, a Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS) mantém intensa agenda de atividades, com o objetivo de cumprir sua função institucional e atingir os ideais constitucionais, voltando-se continuamente para a capacitação e o aperfeiçoamento de magistrados e servidores.

Durante o ano de 2013 e até o mês de junho de 2014, a Ejud-MS realizou 466 ações de ensino, totalizando 10.744 horas/aula, com 8.637 registros de presenças de cursistas: 1.083 participações de magistrados, 1.310 de convidados e 6.244 de servidores.

Destacam-se, no ano de 2013, duas ações, dentre as realizadas para o aperfeiçoamento de magistrados. A primeira foi o “I Seminário Internacional Sobre Integração Jurídica dos Países da América do Sul”, realizado na cidade de Ponta Porã-MS. O evento contou com a presença maciça dos magistrados sul-mato-grossenses e com excelentes palestrantes, tais como: Ramiro Anzit Guerrero, professor titular de graduação e pós-graduação da Universidade Jesuíta Del Salvador e das Escolas da Magistratura dos estados do Pará, Paraíba e Rio Grande do Norte; Ricardo Andrade Saadi, delegado da PF e diretor do Departamento





de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional; César Adalid Siles Bazan, diretor-geral de Assuntos Jurídicos da Bolívia e Ministro de Negócios Estrangeiros da Bolívia; Maria Magdalena Quiñónez, membro do Ministério Público e diretora de Assuntos Internacionais do Paraguai; o juiz federal Odilon de Oliveira e Lívia de Paula Miranda Pereira, coordenadora de Cooperação Jurídica do Ministério da Justiça.

A segunda ação de destaque foi o “III Simpósio Internacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”, evento realizado em parceria com o Conselho Nacional de Justiça. Um dos temas abordado neste simpósio foi a situação geográfica do Mato Grosso do Sul, que faz fronteiras com a Bolívia e o Paraguai, o que facilita a rota e o trânsito de estrangeiros. Além disso, vários

trabalhos importantes de conscientização e estudos que são realizados por órgãos locais, serviram de embasamento para os debates.

Além de magistrados e servidores, participaram promotores, conselheiros tutelares, integrantes do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Polícias Federal, Civil, Militar e Rodoviária Federal e Estadual, membros das Secretarias de Educação e da Saúde, toda a rede de repressão ao crime e atendimento às vítimas.

Dentre as participações nos cursos realizados no primeiro semestre de 2014, destacam-se as renomadas autoridades, tais como: o desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Guilherme Calmon Nogueira da Gama, Conselheiro do CNJ; o ministro do STJ, Marco Aurélio Gastaldi Buzzi; o

desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Ney José de Freitas; o desembargador aposentado do TJMS, Rêmolo Letteriello; o desembargador do TJSP, Antônio Rulli Júnior; o professor, psicólogo e procurador de justiça do Ministério Público, aposentado (RS), Jorge Trindade, pós-doutor em Psicologia Forense e do Testemunho e doutor em Ciências Sociais e em Psicologia Clínica e Saúde Mental; o ministro aposentado do STJ, José Augusto Delgado; o ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Tarcísio Vieira de Carvalho Neto; o juiz federal Heraldo Garcia Vitta, diretor da Escola Judiciária Eleitoral – EJE-MS; o diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura – ENM e membro do Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam –, Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães. Ressalte-se, também, a presença da psiquiatra infanto-juvenil e psicóloga Irene Intabi, de Buenos Aires, Argentina, e do ministro do Tribunal Constitucional do Peru, Carlos Augusto Ramos Núñez.

Pela primeira vez, os juízes aprovados no último concurso da magistratura participaram, em Brasília, do Curso de Formação Inicial – Módulo Nacional –, durante cinco dias, atendendo às novas diretrizes da Enfam.

Outra ação importante foi a conclusão da primeira turma de pós-graduação realizada em convênio com a PUC-RIO.

A Ejud-MS, com o apoio do TJMS, viabilizou a participação de magistrados no “I Curso de Segurança e Proteção de Autoridades Judiciais”, realizado pela Enfam em parceria com o Exército Brasileiro, em Brasília, DF, e no “IV Workshop Grotius Cooperação Internacional nas Fronteiras”, realizado pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional/Secretaria Nacional de Justiça/Ministério da Justiça, com apoio do Departamento de Polícia Federal, possibilitando, assim, a troca de experiências e a aproximação entre magistrados para compartilhar as boas práticas desenvolvidas em seus tribunais.



Esse intercâmbio permite a adoção de procedimentos uniformes que resultam na celeridade dos serviços judiciais.

Em virtude de convênios firmados, foi possível a participação de magistrados no “Treinamento de Prevenção à Fraude Documental”, realizado pela Acadepol, em parceria com a U.S. Consulate General - SAA/ARSO-I/CFI, e no curso “Temas Controvertidos de Direitos Humanos”, realizado pela Escola Paulista da Magistratura, este na modalidade EaD.

Na área da Tecnologia de Informação, a Escola Judicial desenvolveu e lançou um aplicativo inédito em todo o país: o App do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Ejud-MS. O aplicativo faz parte do projeto “Ejud-MS conectada com você”, que visa a integrar a Escola nas redes sociais, tais como: *Twitter*, *Facebook* e *Google Plus*.

O novo recurso foi idealizado e desenvolvido para possibilitar comodidade, interação e colaboração de quem participa dos cursos e usuários visitantes. Com o lançamento do aplicativo, além de socializar seus cursos com as demais escolas de magistratura, a Ejud-MS objetiva possibilitar, tanto à população quanto aos magistrados e servidores do Poder Judiciário de MS, a facilidade de acesso pelo smartphone a vídeos e material de apoio dos cursos ministrados pela Escola.

Em relação às atividades realizadas para os servidores, destacam-se a realização de 188 ações em razão da informatização, capacitando 1.777 servidores para atuarem no processo eletrônico. Ainda neste tema, foi realizado o 2º Encontro Nacional de Gestores do SAJ, com o objetivo de discutir os problemas e

soluções em comum, com a participação de 26 representantes de 8 Estados.

A fim de promover maior integração e valorização dos servidores, foram realizados: o XI Encontro de Escrivães e Chefes de Cartório, o IX e X Encontro de Secretários, o Programa de Treinamento para Novos Servidores e o VIII Encontro Estadual de Psicólogos e Assistentes Sociais, com a participação de 562 servidores.

Saiba mais – Criada pela Lei n. 3.932, de 13 de julho de 2010, como órgão auxiliar do Poder Judiciário Estadual vinculado à Presidência do Tribunal de Justiça, a Escola Judicial de MS tem por finalidade promover o treinamento, a capacitação, a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de magistrados, servidores e demais colaboradores da Justiça.





Conselho de Supervisão alcança melhorias para os Juizados de MS

Na busca incessante de uma Justiça célere, o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, no biênio 2013/2014, presidido pelo Des. Marco André Nogueira Hanson, promoveu melhorias e ampliações para os Juizados Especiais de Mato Grosso do Sul, não só com a facilitação de acesso à Justiça, mas também proporcionando maior efetividade na entrega da prestação jurisdicional.

Para tanto, foi implementado o Juizado de Trânsito nas Comarcas de Corumbá e Três Lagoas, que, desde a instalação, promove o atendimento dos jurisdicionados em acidentes de trânsito sem vítimas, serviço este que, na Capital, atendeu nestes dois últimos anos 7.964 chamados. O atendimento gratuito é realizado diariamente, inclusive aos sábados, domingos e feriados. Foi iniciado um projeto para a criação de uma central de atendimento que, por meio de agentes

preparados para a função, visa gerir os chamados da população envolvida em acidentes de trânsito que solicitarem os serviços do Juizado.

Em setembro de 2013, uma importante conquista da gestão do Des. Marco André Nogueira Hanson foi a implantação do serviço da Justiça Itinerante na Comarca de Dourados. A unidade móvel, vinculada às 1ª e 2ª Varas do Juizado Especial Cível e Criminal, tem levado atividade jurisdicional aos locais mais distantes, provando que, mais uma vez, o Tribunal de Justiça amplia o acesso à justiça.

A administração do TJMS, em parceria com o Conselho de Supervisão, aprimorou os serviços prestados pelos Juizados Especiais com a instalação da Secretaria Judiciária de Primeiro Grau, que, contando com um efetivo trabalho de equipe da Coordenadoria de Apoio

e Suporte aos Juizados Especiais, em apenas 30 dias do mês de julho de 2014 promoveu a tramitação digital dos processos de seis comarcas do interior: Mundo Novo, Sete Quedas, Porto Murinho, Nioaque, Bela Vista e Costa Rica. Assim, como os Juizados Especiais estão quase com a totalidade de seus processos na forma eletrônica, a centralização da movimentação processual traz maior agilidade na prestação jurisdicional, por meio da uniformização de procedimentos e união da força de trabalho.

Ressalte-se que a Coordenadoria de Apoio e Suporte aos Juizados Especiais, no biênio de 2013/2014, em conjunto com os servidores das Varas e Juizados Adjuntos, regularizou todos os processos paralisados há mais de 30 dias das comarcas de Anastácio, Coxim, Bataguassu, Mundo Novo, Caarapó e o Juizado Central de Campo Grande, além de repassar as orientações quanto ao procedimento dos Juizados Especiais.

Neste biênio, segundo dados

estatísticos fornecidos pela Assessoria de Planejamento, as Varas do Juizado Especial da Entrância Especial contabilizaram 93.524 distribuições, 92.551 julgamentos e 99.701 processos arquivados definitivamente, em especial o Juizado Itinerante que, no mesmo biênio, contabilizou 57.283 atendimentos e orientações jurídicas e 14.086 acordos realizados.

No Juizado Central de Campo Grande também foi implantado o serviço de atendimento telefônico à população, destinado principalmente aos jurisdicionados que têm dificuldades em acessar as informações processuais via *internet* e não possuem a assistência de advogados, representando grande parcela do público que busca prestação jurisdicional por meio das Varas dos Juizados da Capital. O novo serviço gerou expressiva redução da fila de atendimento local, justamente em razão de representativa parcela dos atendimentos nos guichês daquele Juizado se resumirem



Ônibus da Justiça Itinerante da Comarca de Dourados

na busca de informações que facilmente são, agora, esclarecidas por telefone.

Um importante projeto que está sendo elaborado na gestão do Des. Marco André à frente do Conselho de Supervisão é a criação do Juizado Itinerante Fluvial na Comarca de Corumbá que, conjuntamente com a Marinha, por meio de convênio firmado com o Tribunal de Justiça de MS, possibilitará a aproximação da justiça com a população ribeirinha, chegando até locais mais afastados, onde se encontram pessoas necessitadas de atendimento e prestação jurisdicional.

Em um notável empenho em oferecer uma justiça mais célere nos Juizados Especiais, no mesmo biênio, os nove magistrados das Turmas Recursais julgaram 11.320 de uma distribuição recorde de 13.744 processos. Ainda por iniciativa do Conselho de Supervisão, realizou-se em outubro de 2013, pela primeira vez na justiça sul-mato-grossense, um mutirão nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, concentrando esforço de 10 juízes, cujas atividades resultaram no julgamento de 2.526 processos.

Outra relevante iniciativa foi a criação de ferramenta que proporciona a avaliação de juízes leigos e conciliadores, auxiliares da justiça que atuam nos Juizados Especiais sob a supervisão do Juiz de Direito. Tal instrumento, que vem ao encontro da orientação contida na Resolução n. 174/2013 do Conselho Nacional de Justiça, permite não apenas a avaliação do desempenho dos juízes leigos

e conciliadores, mas também possibilita aferir a satisfação dos usuários dos serviços prestados pelos Juizados Especiais e, conseqüentemente, adotar medidas para seu contínuo aperfeiçoamento. Visando ainda atender as orientações contidas na Resolução do CNJ, foi alterada a Lei n. 1.071/90, com o objetivo de possibilitar a realização de processo seletivo para juízes leigos no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Nesse panorama, constata-se que foram expressivas as melhorias e ampliações dos Juizados Especiais para que a prestação jurisdicional fosse padronizada, facilitando-se o acesso à Justiça e, principalmente, proporcionando à população um sistema integrado que possibilite a solução rápida e eficiente dos conflitos que lhes compete.

Números - No biênio 2013/2014 foram distribuídas **186.215** ações nos Juizados Especiais de Mato Grosso do Sul, das quais **177.373** já restaram sentenciadas, representando um número expressivo de demandas, a confirmar a ampliação da atuação e a efetiva aproximação da sociedade ao Judiciário.



Justiça Itinerante em Dourados amplia acesso ao Judiciário

O Tribunal de Justiça de MS implantou, no dia 19 de setembro de 2013, os serviços da Justiça Itinerante na Comarca de Dourados. A unidade móvel, vinculada à 1ª e 2ª Varas do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca, leva a atividade jurisdicional aos locais mais distantes, amplia-se o acesso à justiça e otimiza a prestação jurisdicional.

Inicialmente, na Comarca de Dourados são atendidos os bairros Jôquei Clube, Cachoeirinha, Canaã I, Parque do Lago II e Terra Roxa II.

As questões atendidas envolvem quantias de até 40 salários mínimos, pequenas cobranças, indenizações, pensão alimentícia, revisional de alimentos, separação judicial, divórcio, guarda, conversão de união estável em casamento.

Os processos destinados à Justiça Itinerante são distribuídos equitativamente entre as varas, assegurada idêntica proporção de feitos. No caso dos feitos de competência dos Juizados Especiais

aforados na Justiça Itinerante em que não houver conciliação entre as partes, a ação é encaminhada ao juizado especial, que processará e julgará o feito.

Nas causas que envolvam questões de família, Estado, capacidade de pessoas e sucessões, havendo ou não acordo entre as partes, o processo é redistribuído à vara originalmente competente para processar e julgar respectivo feito, onde tramitará a execução (na hipótese de descumprimento da sentença) ou demais termos da ação, em caso de inexistência de acordo.

O ônibus que abriga a Justiça Itinerante em Dourados foi cedido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-MS) para atender os jurisdicionados da localidade, considerando-se que esta forma de prestação jurisdicional facilita o acesso à justiça às pessoas que residem não apenas no município, mas em locais mais afastados da comarca, o que democratiza a justiça e efetiva os direitos da população.

TJ estende Juizado do Trânsito para comarcas do interior



O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, estendeu o serviço prestado pelo Juizado do Trânsito para comarcas do interior onde a distribuição de feitos relacionados a acidente de trânsito é expressiva e comporta o atendimento nos moldes da Capital.

Para tanto e visando melhorias e ampliação do atendimento prestado pelas unidades móveis do Juizado do Trânsito, foram adquiridos seis novos veículos, sendo quatro deles destinados ao Juizado do Trânsito da Capital, um para a Comarca

de Corumbá e um para a Comarca de Três Lagoas.

A entrega das seis novas vans ocorreu no dia 12 de fevereiro de 2014, em solenidade no Tribunal de Justiça. À época, as duas vans que estavam funcionando na Capital atendiam cerca de 300 chamados mensais.

No interior do Estado, as solenidades de entrega dos veículos foram realizadas nos dias 27 de fevereiro e 21 de março de 2014 nas comarcas de Corumbá e Três Lagoas, respectivamente.



Projetos do TJMS atenderão população ribeirinha de Corumbá



Mantendo sua postura inovadora, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul se prepara para lançar um projeto que atenderá duas áreas que estão ligadas à Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e ao Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

A intenção do projeto Justiça sobre as Águas é beneficiar as populações ribeirinhas da Comarca de Corumbá e para isso será disponibilizado um barco com prestação jurisdicional e serviços de cunho social para humanizar, ampliar e fortalecer o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estando presente a Justiça Itinerante.

Para a viabilização da proposta, foi emitido parecer favorável em Brasília, pela Secretaria de Políticas para Mulheres da

Presidência da República, com previsão de recursos que alcançam R\$ 1.835.090,00, dos quais o TJMS participará com R\$ 183.509,00, valor equivalente a aproximadamente 9% do total do projeto.

Necessário ressaltar que o Tribunal de Justiça já estudava a implantação dos serviços da Justiça Itinerante na Comarca de Corumbá e o parecer favorável ao projeto Justiça sobre as Águas permite a unificação das duas áreas, o que resulta em mais celeridade no atendimento às comunidades.

A intenção é estender os serviços dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e o do atendimento especializado à mulher à população ribeirinha do Alto Paraguai, Baixo Paraguai e Taquari, de modo a atender os distritos de Corumbá, Albuquerque, Amolar, Coimbra,

Nhecolândia, Paiaguás (Santa Rosa) e Porto Esperança, localidades essas rurais e de menor concentração populacional.

Ao longo de 475 km de extensão dos rios Paraguai e Taquari existem, além da sede dos municípios e distritos, várias comunidades que reúnem população significativa a ser beneficiada com a instalação do Juizado Itinerante e do atendimento especializado à mulher.

Além da parceria da Marinha para a viabilização dos projetos, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul promoverá troca de informações com vários órgãos, tais como Exército do Brasil, Prefeitura Municipal de Corumbá, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Civil, Polícia Militar e Ordem dos Advogados do Brasil.

Reuniões – No final do mês de junho de 2014, pela segunda vez, representantes do Poder Judiciário

reuniram-se com o contra-almirante do 6º Distrito Naval de Ladário, para tratar do acordo de cooperação entre o Poder Judiciário e a Marinha, permitindo a implantação do projeto Justiça sobre as Águas.

Após as reuniões, os termos do acordo já foram dispostos e seguem para aprovação na Controladoria-Geral da União. No encontro, foi entregue ao presidente do TJMS uma minuta de convênio para análise.

No primeiro momento, o convênio atenderá a Justiça Itinerante, por intermédio dos Juizados Especiais. Posteriormente, o atendimento será estendido para Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar em MS.



Link permite avaliação de juízes leigos e conciliadores



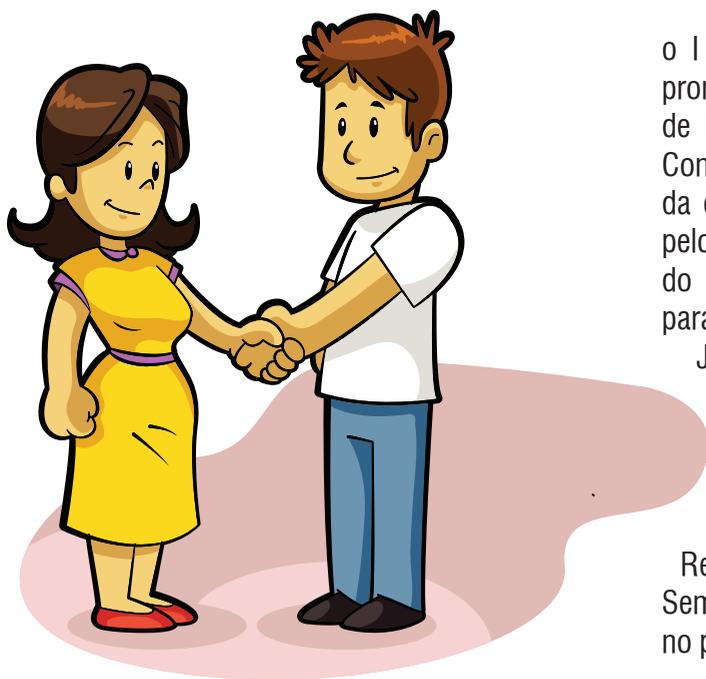
Está disponível desde o dia 3 de outubro de 2013, no portal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, uma nova ferramenta para avaliação de juízes leigos e conciliadores, auxiliares da justiça que atuam nos Juizados Especiais sob a supervisão do Juiz de Direito.

Essa ferramenta, que vem ao encontro da orientação contida na Resolução n. 174/2013 do Conselho Nacional de Justiça, permite não apenas a avaliação do desempenho dos juízes leigos e conciliadores mas também possibilita aferir a satisfação dos usuários dos serviços prestados pelos Juizados Especiais, e, conseqüentemente, adotar medidas para seu contínuo aperfeiçoamento.

A novidade permite que o usuário do serviço jurisdicional tenha um canal direto com a administração para a melhoria e aprimoramento das atividades dos Juizados que, agora, têm novo instrumento de democratização.

Para avaliar o desempenho de juízes leigos e conciliadores, basta acessar o *link* no Portal do TJMS, onde há espaço também para sugestões, elogios ou críticas.

Núcleo de Solução de Conflitos tem 74% de acordos em audiências



O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, criado por exigência da Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça, sob a coordenação do Des. Romero Osme Dias Lopes, no período de fevereiro de 2013 a julho de 2014 realizou 446 sessões de mediação que resultaram em 332 acordos, com a consequente extinção dos processos, representando um aproveitamento de 74,43%.

Neste período, por meio da Escola Judicial de Mato Grosso do Sul, foram realizados 11 cursos de Mediação Judicial, com a capacitação de 96 mediadores.

Ainda na intenção de divulgar o procedimento da mediação, foi realizado

o I Curso de Mediação Judicial on-line, promovido pela ENAM – Escola Nacional de Mediação e Conciliação por meio do Conselho Nacional de Justiça. Participaram da capacitação 57 profissionais inscritos pelo Núcleo e indicados pelos magistrados do Estado, preparando as Comarcas para as instalações de futuros Centros Judiciários.

Semana de Conciliação – Atendendo as orientações do Conselho Nacional de Justiça e na continuidade do cumprimento da Resolução nº 125, o Núcleo coordenou a Semana Nacional de Conciliação, realizada no período de 2 a 6 de dezembro de 2013.

Com 8.514 pessoas atendidas, a 8ª edição da Semana Nacional de Conciliação em Mato Grosso do Sul fechou com o total de R\$ 13.119.682,07 em acordos homologados.

Foram realizadas 2.705 audiências de processos nas fases de conhecimento e de execução, que resultaram na homologação de 1.073 acordos.

Centros Judiciários buscam solução de conflitos



Com o apoio da administração do Tribunal de Justiça, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos otimizou seus trabalhos, e foi inaugurado, em 5 de agosto de 2013, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Anhanguera-Uniderp, onde se realizam mediações.

No dia 7 de fevereiro de 2014 inaugurou-se o Centro de Solução de Conflitos e Cidadania da Faculdade Estácio de Sá, ampliando o atendimento ao jurisdicionado, que, por meio dos métodos da conciliação e mediação, tem a oportunidade de transformar seu conflito e chegar a uma autocomposição. Entre as ações de família que podem ser objeto de solução estão os processos de divórcio, separação, alimentos, guarda, visitas, exoneração de alimentos e reconhecimento de dissolução de união estável.

Os centros instalados nas dependências das instituições de ensino atendem a Resolução nº 125 do CNJ, que

determinou a criação de núcleos e centros para propiciar aos cidadãos o amplo acesso a estes instrumentos alternativos.

Com estrutura física composta por sala destinada ao cartório e salas de mediação devidamente equipadas, os centros atendem o setor pré-processual, processual e de cidadania, ou seja, além dos processos já em andamento nos cartórios, também é possível solucionar conflitos de forma alternativa, por acordo, antes de virarem processo, mas posteriormente à concordância é encaminhado para o juiz homologar.

A parceria também visa fomentar nas instituições educacionais a conciliação e mediação como métodos alternativos de composição de litígios. Nas dependências dos centros são realizadas audiências de cunho processual e pré-processual com a participação de acadêmicos de Direito.



Ouvidoria Judiciária funciona como termômetro da prestação jurisdicional

A Ouvidoria Judiciária é um canal direto de comunicação entre a população e o Poder Judiciário, garantindo assim um relacionamento democrático com a sociedade por meio da participação do cidadão. Balanço institucional do órgão revela que a justiça estadual realiza uma prestação jurisdicional eficiente e a população sul-mato-grossense demonstra satisfação com os serviços prestados.

O Departamento da Ouvidoria Judiciária é responsável pela análise e protocolo de requerimentos, com base na Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, além do recebimento de demandas diversas recebidas em seus canais de comunicação.

No dia 7 de fevereiro do ano de 2013, tomou posse como Ouvidor Judiciário o Des. Claudionor Miguel Abs Duarte, para desempenhar a função no biênio 2013-2014. Atualmente, desde 1º de julho de 2014, foi designado o Des.

Divoncir Schreiner Maran para exercer a função de Ouvidor Judiciário.

Balanço – Em 2013, a Ouvidoria Judiciária autuou 638 reclamações e, aproximadamente 90% delas foram solucionadas. A maior parte delas estava relacionada à morosidade constatada no andamento dos processos.

Foram respondidos mais de 1.200 *e-mails* neste período acerca de todo e qualquer serviço prestado pelo Poder Judiciário como o funcionamento dos cartórios, atuação de servidores, etc. Também por *e-mail* orientações diversas foram prestadas aos usuários do sistema, dúvidas foram sanadas e encaminhamentos foram feitos a outros órgãos e setores competentes do Tribunal de Justiça.

Também foram encaminhados ofícios a autoridades do TJ e de outros órgãos, requerendo informações ou solicitando providências quanto a

denúncias e sugestões formalizadas. Sem contar os atendimentos prestados pessoalmente aos jurisdicionados pela Ouvidoria do Fórum e do Tribunal os quais não resultaram em formalização de reclamação, apenas orientação e eventualmente audiência com o Ouvidor Judiciário sempre que solicitada.

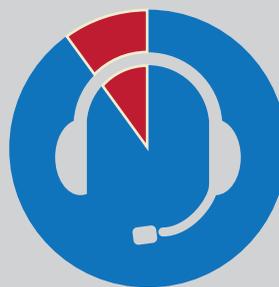
Neste período também foram recebidos e respondidos mais de 300 ofícios vindos do Presidente da OAB/MS, solicitando adoção de medidas administrativas no sentido de impulsionar o andamento de processos da Capital, comarcas do interior, Juizados e Tribunal de Justiça (recursos). Foram enviados também ofícios do gabinete a diversos setores e magistrados, nos quais foram anexadas cópias de sugestões, de fichas de avaliação de serviços retirados da urna da Ouvidoria, cópias de *e-mails* com pedidos de providência, entre outros assuntos, sempre com o objetivo de obter melhorias no atendimento daqueles que buscam a tutela do Poder Judiciário.

No ano de 2014, até o final do mês de julho, 522 reclamações foram formalizadas, e 78% delas já foram solucionadas, uma demanda bem maior que o mesmo período em 2013.

Como exemplo da atuação deste setor destacam-se dados do último mês de julho, quando 80 andamentos de processos foram regularizados por meio de contato direto com os cartórios, 87 novas reclamações foram formalizadas, 76 foram arquivadas/solucionadas (encaminhadas respostas aos usuários), 32 pessoas, entre partes e advogados, foram atendidas pessoalmente no Tribunal e no Posto da Ouvidoria no Fórum e 179 *e-mails* foram respondidos.

Acrescente-se que o setor atende, diariamente, muitas ligações diariamente pelos telefones 0800-647-6161 e 3314-1314 (ramal), quando, entre outras orientações, também são informadas as regras estabelecidas pelo Ouvidor Judiciário em relação ao tempo de atraso mínimo entendido como razoável na tramitação dos processos.

638 Reclamações em 2013



- Solucionadas
- Não Solucionadas

1.200 emails respondidos



300 ofícios da OAB respondidos



Coordenadoria promove ações em **defesa da mulher** em situação de violência



Órgão de assessoria da Presidência do TJMS com atribuições relativas à gestão de políticas, ações e mecanismos de atendimento à mulher no combate e prevenção à violência, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar desenvolveu diversas atividades nos anos de 2013 e 2014.

Dentre as ações, foi elaborado acordo de cooperação técnica firmado entre o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Subsecretaria da Mulher e da Promoção da Cidadania, e o Tribunal de Justiça, e a designação de representantes do Poder Judiciário para atuar junto à Coordenação da Câmara Técnica Estadual

de Implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em MS.

O coordenador do órgão, Des. Ruy Celso Barbosa Florence, participou da abertura das atividades do Dia Internacional da Mulher, promovido pela Subsecretaria da Mulher e da Promoção da Cidadania e do lançamento do Plano Estadual de Política para as Mulheres; e como convidado e palestrante, em 30 de agosto de 2013, no lançamento da Campanha “A Lei é Mais Forte”, na Escola Superior da Magistratura do Estado do Tocantins.

O desembargador participou ainda da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga a violência



Reunião para a construção da Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande

contra as mulheres, executando diligências à Tribo Indígena Urbana e reunião com mulheres Indígenas; à Delegacia da Mulher; ao Centro de Referência (Centro de Referência de Atendimento a Mulher em Situação de Violência Cuña Mbarete); à Vara de Violência Contra a Mulher; à Promotoria de Violência contra a Mulher e ao Movimento de Mulheres.

O Tribunal de Justiça de MS, por intermédio da Coordenadoria, firmou um termo de adesão ao programa “Mulher: Viver sem Violência”, em 13 de março de 2013 entre a Presidência da República, o CNJ, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais.

A Coordenadoria lançou o projeto “Maria vai à Escola” para a forma Web (<http://ejud.tjms.jus.br/maria>) e DVD, em parceria com a Escola Judicial de MS, voltado para o público infantil e adulto, e recepcionou o Plano de Políticas Públicas para as Mulheres, elaborado pela Coordenadoria da Mulher da Subsecretaria de Mulher e da Promoção da Cidadania.

Em 2013, o coordenador da

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar também foi designado para exercer a função de membro titular do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Estadual de Política para as Mulheres e o diretor da Secretaria de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados para exercer a função de membro suplente do mesmo comitê. No mês de novembro a juíza Simone Nakamatsu foi eleita vice-presidente do Fórum Nacional dos Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher (Fonavid).

No mês de dezembro de 2013, o TJMS ainda definiu detalhes da construção da Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande, com previsão de entrega em novembro de 2014, e de duas unidades do Centro de Atendimento às Mulheres das Fronteiras Secas, em Corumbá e Ponta Porá. A intenção é melhorar o atendimento à mulher, reunindo em um só lugar toda a rede de atendimento de apoio àquela que sofreu violência, trabalhando na prevenção e atuando no combate ao tráfico de pessoas.

Secretaria do Conselho da Magistratura distribui 3.069 processos

Os anos de 2013 e 2014 foram de muito trabalho para a Secretaria do Conselho Superior da Magistratura e prova disso foi a distribuição de 3.069 processos, dentre os julgados no CSM, no Órgão Especial e no Tribunal Pleno.

No biênio, foram realizadas 35 sessões do Conselho, quatro mutirões, publicados nove editais de concursos da magistratura, aprovadas sete aposentadorias e uma demissão, além de realizados 29 concursos de promoção e remoção. Destes, quatro foram para o cargo de desembargador, sete para entrância especial, nove para 2ª entrância

e nove para 1ª entrância.

Sete magistrados aposentaram-se neste biênio: Des. João Carlos Brandes Garcia, Des. Rubens Bergonzi Bossay, Des. Hildebrando Coelho Neto, Des. Josué de Oliveira e Des. João Batista da Costa Marques, e os juízes Paulo Rodrigues e Mário Eduardo Fernandes Abelha. Demitido foi o juiz Marcos Antônio Sanches e empossados no cargo de desembargador os juízes Luiz Gonzaga Mendes Marques, Eduardo Machado Rocha, Marcelo Câmara Rasslan e Amaury da Silva Kuklinski.

Até o mês de julho de 2014, na 1ª instância, foram removidos, a pedido, os juízes David de Oliveira



Juízes empossados no 30º Concurso de Juiz Substituto

Gomes Filho, Saskia Elisabeth Schwanz de Oliveira, Francisco Vieira de Andrade Neto, Djailson de Souza, Patrícia Kelling Karloh, Luiz Antônio Cavassa de Almeida, Tatiana Decarli, Egúiliell Ricardo da Silva, Rosângela Alves de Lima Favero, Eduardo Eugênio Siravegna Junior, Juliano Duailibi Baungart e Luciano Pedro Beladelli.

Para as promoções foram avaliados os critérios de antiguidade e merecimento e, para entrância especial, foram promovidos os juizes Marcelo Ivo de Oliveira, Patrícia Kelling Karloh, Luiz Felipe Medeiros Vieira, Atílio Cesar de Oliveira Junior, Ana Carolina Farah Borges da Silva, Cezar de Souza Lima e May Melke Amaral Penteado. Em segunda entrância, os juizes Fernando Moreira Freitas da Silva, Daniel Scaramella Moreira, Raul Ignatius Nogueira, Deyvis Ecco, Samantha Ferreira Barione, Rodrigo Pedrini Marcos, Pedro Henrique Freitas de Paula, Luiza Vieira Sá de Figueiredo e Marcelo Guimarães Marques foram promovidos. Em primeira entrância, foram promovidos os juizes Pedro Henrique Freitas de Paula, Alexandre Miura Iura, Kelly Gaspar Duarte Neves, André Luiz Monteiro, Jessé Cruciol Junior, Guilherme Henrique Berto de Almada, Melyna Machado Mescouto Fialho, Vitor Dias Zampieri, Francisco Soliman e Roberto Hipólito da Silva Junior.

Foi concluído o 30º Concurso de Juiz Substituto com aprovação de 15 novos magistrados: Guilherme Henrique Berto De Almada, Vitor Dias Zampieri, Jessé Cruciol Junior, Melyna Machado Mescouto Fialho, Roberto Hipólito da Silva Junior, Idail de Toni Filho, Francisco Soliman, Rafael Gustavo Mateucci Cassia, Ana Carolina Miranda de Oliveira, André Ricardo, Cezar Fidel Volpi, Evandro Endo, Fabio Kaiut Nunes, Valter Tadeu Carvalho e

Victor Curado Silva Pereira.

Quanto aos mutirões, os esforços foram direcionados para a Vara de Sucessões da Capital nos períodos de 4 de abril a 2 de julho e de 10 de agosto a 16 de outubro de 2013, e para as Turmas Recursais dos Juizados Especiais de 29 de outubro de 2013 até o julgamento de todas as ações distribuídas em 2013.

A realização de mutirão judicial envolveu a 2ª e a 3ª Vara de Fazenda Pública de Campo Grande, a 3ª Vara Cível de Dourados, a 2ª Vara Cível, a 2ª Vara Criminal e Vara de Fazenda Pública de Três Lagoas, a 1ª Vara de Jardim, a 1ª Vara de Mundo Novo, além das comarcas de São Gabriel do Oeste, Bela Vista, Bataiporã, Iguatemi, Sonora e Nova Alvorada do Sul.

Não se pode esquecer do mutirão carcerário 2013, que envolveu todas as Varas Criminais das 52 comarcas do Estado no período de 3 de junho a 3 de julho.

Foi determinada a instalação de cinco novas varas no ano de 2014: a 7ª Vara Criminal da Comarca de Campo Grande, no dia 14 de abril, a 2ª Vara da Comarca de São Gabriel do Oeste, no dia 25 de abril, a 2ª Vara Criminal da Comarca de Ponta Porã, no dia 23 de maio, a 2ª Vara da Comarca de Mundo Novo, no dia 18 de julho, e a 3ª Vara Criminal da Comarca de Três Lagoas, instalada no dia 15 de agosto.

Justiça de MS instala cinco novas varas



Instalação da 3ª Vara Criminal da Comarca de Três Lagoas

No biênio 2013/2014 foram instaladas cinco novas varas no judiciário sul-mato-grossense. Com a instalação das varas, a administração do TJMS cumpre mais um compromisso firmado com o jurisdicionado, com a sociedade e com os operadores do direito, já que a reestruturação dos órgãos judiciais assegura a efetiva prestação jurisdicional, contribuindo para a celeridade na atuação do Judiciário.

A instalação de novas varas leva em conta, entre outros requisitos, o aumento no volume de processos e objetiva melhorar a prestação jurisdicional e atender reivindicações da magistratura

e das comunidades locais devido ao aumento da demanda processual nas comarcas contempladas.

A 7ª Vara Criminal de Campo Grande foi a primeira instalada, no dia 14 de abril de 2014. A nova vara atendeu solicitação da Coordenadoria da Infância e da Juventude de MS (CIJ), com o atendimento de processos que envolvam direito da infância e juventude.

No dia 25 de abril foi instalada a 2ª Vara da Comarca de São Gabriel do Oeste. A comarca possuía apenas uma vara em funcionamento e responde também pelo distrito de Areado. A instalação da nova vara justificou-se pelo grande número de

processos distribuídos na comarca, já que estavam em trâmite 7.522 processos, dos quais 5.472 cíveis e 2.050 criminais.

A 2ª Vara Criminal de Ponta Porã foi instalada no dia 23 de maio. A comarca atende também os municípios de Laguna Carapã, Aral Moreira, Antônio João e o distrito de Sanga Puitã, e a instalação da nova vara justificou-se pela intensa atividade criminosa na região, já que, por fazer fronteira com o Paraguai, é corredor do tráfico de drogas internacional.

No dia 18 de julho foi a vez da Comarca de Mundo Novo contar com uma nova vara. Números da Coordenadoria

de Estatística do Tribunal de Justiça mostravam que tramitavam 7.388 processos na 1ª Vara, montante que foi drasticamente reduzido em função da 2ª Vara.

A última comarca a receber nova vara foi Três Lagoas, com a 3ª Vara Criminal, instalada no dia 15 de agosto. A instalação de mais uma vara para tramitação de processos criminais era uma reivindicação antiga da magistratura, em razão da crescente demanda.



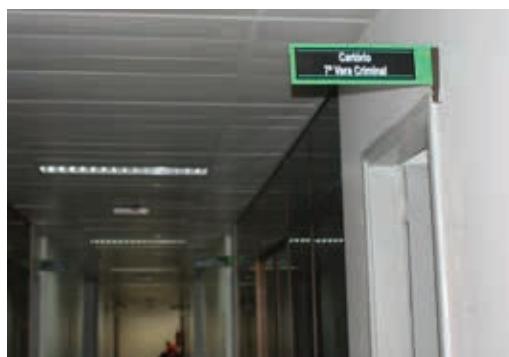
Instalação da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ponta Porã



Instalação da 2ª Vara da Comarca de São Gabriel do Oeste



Instalação da 2ª Vara da Comarca de Mundo Novo



7ª Vara Criminal da Comarca de Campo Grande

Tribunal destaca-se no **cumprimento de Metas** do Judiciário

Mais uma vez o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul se destacou no cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Em relação às Metas de 2013, o Judiciário sul-mato-grossense cumpriu as Metas 1, 2, 16 e 17. A Meta 18 apresentou grau de cumprimento de 71,07%, em dezembro de 2013.

Confira o grau de cumprimento das metas de 2013:



Meta 1: 103,45%

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013. Até novembro, 103,45% dessa meta foram cumpridos.



Meta 17: 100%

Orienta desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos. Totalmente cumprida.



Meta 2: 111,10%

Julgar, até 31 de dezembro de 2013, pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2008 nas Turmas Recursais Estaduais e no 2º grau da Justiça Estadual. Totalmente cumprida.



Meta 18: 71,07%

Determina identificar e julgar, até 31 de dezembro de 2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2011. 71,07% foram cumpridos.



Meta 16: 100%

Determinação de fortalecer a estrutura de controle interno no Tribunal. Totalmente cumprida.

Em relação às Metas de 2014, confira o grau de cumprimento até o mês de julho:

Meta 1: 97,03%

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.



Meta 4: 55,42%

Identificar e julgar as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.



Meta 2

Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Estadual, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º grau, e até 31/12/2011, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011, nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais Estaduais.

PJMS: 57,73%

1º Grau: 67,71%

2º Grau: 120,30%

Juizado: 69,31%

Turma Recursal: 96,67%



Meta 6: 33,46%

Identificar e julgar, até 31/12/2014, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no 1º grau, e até 31/12/2012, no 2º grau.



Meta 3: 23,53%

Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.



Oito metas de 2014 do Planejamento Estratégico estão **cumpridas**



A Assessoria de Planejamento, por meio da Coordenadoria de Planos Institucionais, atualizou o panorama das metas do Planejamento Estratégico 2010/2014 até junho/2014 por meio da ferramenta conhecida como Painel de Bordo.

Conforme o Plano Estratégico vigente, das 14 metas previstas para 2014, oito já foram cumpridas: a Meta 4, que garante 100% de acesso eletrônico das partes e advogados à justiça; a Meta 18, que se refere à implantação do sistema de gravação audiovisual nas audiências cíveis e criminais, em pelo menos 50% das Comarcas do Estado; a Meta 23, que trata do desenvolvimento de mecanismos de ensino, na modalidade a distância, que possibilitem aperfeiçoamento dos magistrados e servidores em todos os níveis; a Meta 26, que diz respeito da implantação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, no âmbito do PJMS; a Meta 27, que trata da promoção de ações ligadas à ética e moral, no âmbito do PJMS; a Meta 30, que versa sobre a Implantação de sistema de indicadores de avaliação para 100% dos projetos estratégicos; a Meta 33, que ressalta a implantação e implementação da Política de Segurança da Informação do PJMS e, por fim, a Meta 37, que trata da adequação de edificação

em Campo Grande para atender o Poder Judiciário.

Estão em andamento e com prazo de cumprimento até 19 de dezembro de 2014, a Meta 1, que trata do índice de satisfação do usuário externo do PJMS; a Meta 6 que está parcialmente cumprida, com 55,5%, e aborda a integração dos sistemas do PJMS com o Ministério Público, Procuradorias Municipais, Tribunal de Contas do Estado, Instituto de Identificação, Polícia Federal, Procuradoria Estadual, Ordem dos Advogados do Brasil, Secretaria de Segurança Pública e SERASA; a Meta 10 que trata da revisão e reforma do Regimento Interno do TJMS; a Meta 31, considerada meta anual, vez que se refere à adequação das edificações do PJMS, com construção própria, reforma, ampliação, manutenção preventiva e corretiva e otimização de espaço físico, conforme a necessidade e prioridade da administração; a Meta 35, também considerada meta anual, que se refere à atualização e substituição anual de 30% dos equipamentos de informática; e a Meta 36, que trata da criação e construção do Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Campo Grande.



Planejamento estratégico do TJMS para 2015-2020 é realizado de maneira participativa

Atendendo a resolução nº 198, de 16 de junho de 2014, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e visa instituir a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2015-2020; vários esforços estão sendo realizados para que o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul seja fruto do envolvimento e participação dos

magistrados, serventuários e entidades de classe (Amamsul e Sindijus).

Nesse sentido, foi traçado um plano de ação que resultou em diversas atividades, das quais destacam-se: a reunião ocorrida no dia 23 de junho, com todos os diretores e representantes das secretarias do Tribunal de Justiça, totalizando 24 servidores, a fim de lançar as propostas para a construção do Planejamento Estratégico 2015-2020; a sensibilização de 32 magistrados, durante

o II Curso sobre Cooperação Jurídica Internacional, na Comarca de Corumbá, sob a coordenação do juiz Vinicius Pedrosa Santos, no dia 27 de junho, realizado pela Escola Judicial de MS; as seis reuniões setoriais – no período de 24 de junho a 04 de julho - sobre a construção do Plano Estratégico 2015-2020 e conceitos de Gestão Estratégica, na qual estiveram presentes 135 servidores da Secretaria do TJMS e, ainda, as reuniões com a Amamsul, no dia 10 de julho, e com o Sindijus, no dia 21 de julho.

Para o trabalho de sensibilização nas comarcas do Estado, foi enviado a todos os juízes diretores do Foro um ofício assinado pelo Presidente, informando-os sobre a construção do Planejamento Estratégico 2015-2020, de forma participativa. Para o alcance dos resultados esperados foi-lhes solicitada ampla divulgação a todos os magistrados e servidores das comarcas do *hotsite* disponibilizado na intranet, no qual poderão deixar suas sugestões quanto as iniciativas afetas aos Objetivos Estratégicos. Na página está disponibilizado o material conceitual e de apoio e os ícones de macrodesafios para o encaminhamento das propostas.

Da mesma forma, na Secretaria do TJ foram disponibilizados, além do material conceitual e de apoio, o formulário de proposta para construção do Planejamento Estratégico 2015-2020. Para o preenchimento do formulário foi orientado que todos os diretores de secretaria fizessem discussões setoriais e enviassem uma proposta única do segmento até o dia 30 de agosto.

As contribuições estão em análise e compilação, a fim de serem submetidas ao Comitê de Gestão Estratégica e, posteriormente, ao Tribunal Pleno.

O Comitê de Gestão Estratégica é um órgão consultivo da Presidência nas questões relacionadas ao processo de planejamento estratégico, ao plano estratégico e aos projetos estratégicos do Poder Judiciário.

Central de Processamento Eletrônico agiliza feitos judiciais

O Tribunal de Justiça instituiu, no mês de novembro de 2013, a Central de Processamento Eletrônico de Feitos Judiciais (CPE) no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. O objetivo principal é agilizar e aperfeiçoar as atividades jurisdicionais, de modo a possibilitar o aumento do número de processos trabalhados por usuário em comparação com o modelo cartorário tradicional.

A CPE executa os atos processuais, nos feitos eletrônicos, no âmbito da primeira instância. A ideia surgiu em razão do panorama na justiça sul-mato-grossense: aumento na demanda, dificuldade de formação da força de trabalho, de servidor em comarcas do interior, de treinamento, de reposição e nomeação de servidores e falta de padronização de trabalho.

A Central teve seu foco inicial na área de execução de pena, já ampliado também para processos de violência

doméstica e juizados especiais. A infraestrutura para este projeto inovador exigiu local amplo e apropriado, mobiliário adequado, rede lógica compatível, alta disponibilidade e agilidade do Sistema de Automação da Justiça (SAJ). Entre as estratégias de implantação estiveram o agrupamento de competências com maior incidência de processos, a definição de escala de produção, o ajuste de equipe e a alocação de processos.

Importante lembrar que a centralização do processamento permite a padronização do procedimento de trabalho, a uniformização de modelos, foco na execução de processos, especialização na execução dos trabalhos, segurança para o servidor, redução de custos para a administração, mas principalmente mais produtividade do servidor.

O processo eletrônico também permite a eliminação do tempo morto





Com a CPE o servidor pode acessar apenas uma fila e visualizar processos do estado inteiro sem mudar a lotação.

do processo, o paralelismo de fases, a automação de rotinas, a interoperabilidade, a reorganização de ambientes de trabalho, a padronização de atividades e procedimentos, e a reorganização judiciária: tudo para revolucionar o Poder Judiciário.

Inédita no país, desde sua implantação a Central recebeu a visita de representantes de diversos tribunais, que conheceram a metodologia instituída nesta boa prática, que otimiza os serviços do judiciário, já que traz mais rapidez ao andamento dos processos, favorecendo o jurisdicionado.

Números – Dados de agosto de 2014 apontam que a CPE vinha atuando em 13.832 processos de execução penal, divididos em 15 varas de 14 comarcas de MS. Em relação aos juizados especiais, o número é de 3.302 processos de cinco comarcas.

A equipe é composta por 22 pessoas na Coordenadoria dos Processos Judiciais das Varas de Execução Penal e seis servidores no Departamento Judiciário do Juizado de Primeiro Grau, distribuídos nas coordenadorias cível e criminal, para atender a esses processos.

Cartório Único – O projeto da

CPE demandou diversas alterações no sistema SAJ. Isto porque se trata de um novo conceito de trabalho pelo qual o SAJ não foi projetado. A principal demanda por mudança foi a do cartório único.

O SAJ foi projetado para que um usuário, lotado em uma determinada vara de uma determinada comarca, possa ter acesso apenas aos processos da respectiva vara em que está lotado. Para a CPE, esta característica dificultava os trabalhos, uma vez que um servidor era obrigado a trabalhar com processos do estado inteiro. Para tanto, era necessário que o servidor fosse lotado em todas as varas que pretendesse trabalhar e, ainda assim, ficasse mudando de vara sempre que precisasse acessar os respectivos processos.

Para resolver este problema, a Secretaria de TI demandou à Softplan alteração no SAJ para que fosse possível um servidor da CPE acessar apenas uma fila e que, nesta fila, pudesse visualizar processos do estado inteiro sem que fosse necessário mudar a lotação.

Esta nova característica do sistema trouxe uma série de benefícios em termos de usabilidade do sistema e gestão das atividades.



TJ cria programa de instalação de **Postos Avançados da Justiça**

A efetivação de um projeto inédito em todo o país pelo Tribunal de Justiça colocou o judiciário sul-mato-grossense novamente em posição de vanguarda. Nos dias 16 de maio e 17 de julho de 2014, o TJMS instalou em Dois Irmãos do Buriti e Angélica, respectivamente, as primeiras unidades do Posto Avançado da Justiça (Pajus).

A instalação deste ambicioso projeto, em parceria com os Executivos municipais, visa aproximar a justiça do cidadão e disponibilizar a prestação jurisdicional nos municípios que não possuem comarca instalada.

A medida se fez necessária para aproximar cada vez mais a população da justiça, facilitando o acesso a todos os sul-mato-grossenses. Com o PAJUS, os jurisdicionados destes municípios têm a

oportunidade de buscar seus direitos sem a necessidade de se deslocar à cidade vizinha.

Os Postos Avançados são instalados por meio de convênios entre o Tribunal de Justiça e os municípios. Para a instalação do posto, cabe ao Município interessado manifestar-se ao Tribunal de Justiça com informações referentes à população e número de processos do município em trâmite na comarca sede.

O município deve apresentar proposta contendo descrição de espaço físico adequado para o funcionamento do Posto Avançado da Justiça, forma de manutenção, limpeza e segurança do prédio. A Prefeitura deve se comprometer a fornecer equipamentos necessários à implantação do sistema de videoconferência, link de comunicação,

linha telefônica e sua manutenção, além de colocar à disposição um servidor e um estagiário/mirim, de segunda a sexta-feira, das 12 às 19 horas, observando o expediente forense.

Pela parceria, o Judiciário fornece um equipamento de videoconferência e computadores para a realização de conversação e atendimento dos serviços, além da infraestrutura e capacitação de pessoal para a realização das audiências.

Funcionamento - No Posto Avançado da Justiça (PAJUS), os cidadãos podem registrar ações de até 20 salários mínimos junto ao Juizado Especial da comarca a qual o município estiver vinculado. O jurisdicionado pode ainda participar de audiências cíveis e criminais,

tudo à distância, com utilização de sistema de videoconferência.

As audiências por videoconferência são possíveis pela integração do sistema de videoconferência do Tribunal com o Sistema de Automação da Justiça (SAJ), permitindo a gravação das audiências. Desde o ano passado, este sistema está disponível em todas as comarcas de MS.

O Tribunal de Justiça pode disponibilizar terminal de atendimento eletrônico (totem) a advogados para consulta de andamento processual, peticionamento, protocolo e distribuição de todos os feitos, desde que o local comporte a instalação do equipamento.



Instalação do Posto Avançado da Justiça (Pajus) em Dois Irmãos do Buriti



Instalação do Posto Avançado da Justiça (Pajus) em Angélica

Melhorias da infraestrutura do Judiciário beneficiam jurisdicionado

No biênio 2003/2014, a administração do Poder Judiciário investiu no setor de infraestrutura para melhorar as condições de trabalho de servidores e as instalações para o atendimento ao jurisdicionado.

As reformas e construções são uma forma de adequação à crescente demanda da justiça sul-mato-grossense. A melhoria da estrutura física de diversos prédios da justiça estadual foi necessária para comportar as exigências da sociedade de Mato Grosso do Sul.

Relatório da Secretaria de Obras aponta que, no período de fevereiro de 2013 a julho de 2014, 10 obras foram finalizadas, duas estão em andamento, quatro em licitação e duas estão em fase de execução e elaboração de projetos.

Três novos prédios de Fóruns foram finalizados neste período: nas comarcas de Nova Alvorada do Sul, Sete

Quedas e Miranda. Foram entregues ainda as reformas e reparos dos Fóruns de Porto Murtinho, Chapadão do Sul, Rio Negro, Amambai, Campo Grande, Rio Verde e Ivinhema, com a ampliação dos dois últimos.

A equipe da Secretaria de Obras também acompanha e fiscaliza a sala segura da STI, além de responder pela reforma do Crei, ampliação de estacionamento, central de segurança, troca parcial da cobertura do TJMS, controle de acesso ao Fórum de Campo Grande, fiscalização do projeto de segurança do Poder Judiciário, entre outros.

Dentre as principais obras iniciadas nesta gestão e ainda não concluídas destaca-se a construção do novo Fórum da Comarca de Coxim. A construção do Centro Integrado da Justiça está em fase de elaboração de projetos complementares, e o Projeto de Segurança, em licitação.

Veja a tabela completa das obras do Judiciário de MS no biênio 2013/2014. OBRAS E SERVIÇOS REALIZADOS NO PERÍODO DE 2013/2014

Obras Finalizadas: obras e serviços e finalizadas no período

Construções				
Localidade	Entrância	Área total	Início	Término
Nova Alvorada do Sul	1ª Entrância	931,92 m ²	21/5/2012	Jul/2013
Sete Quedas	1ª Entrância	931,92 m ²	12/11/2012	Jun/2014
Miranda	2ª Entrância	1.349,29 m ²	4/3/2013	Jun/2014

Reformas/Ampliações/Reparos				
Localidade	Entrância	Área total	Início	Término
Porto Murinho - Reparos	1ª Entrância	723,82 m ²	8/4/2013	Out/2013
Chapadão do Sul - Reforma	2ª Entrância	944,15 m ²	25/3/2013	Nov/2013
Rio Negro - Reparos	1ª Entrância	882,96 m ²	17/3/2014	Jun/2014
Amambai - Reforma	2ª Entrância	950,62 m ²	5/3/2014	Jun/2014
Rio Verde – Reforma Ampliação 83,26 m ²	1ª Entrância	681,46 m ²	16/9/2013	Ago/2014
Campo Grande – Controle de Acesso e reparos	Entrância Especial	2.100,00 m ²	16/12/2013	Mai/2014
Ivinhema – Reforma Ampliação 184,50 m ²	2ª Entrância	817,64 m ²	18/3/2013	Abr/2014

Obras e Serviços em andamento: obras e serviços iniciadas ou em licitação, e ainda não finalizados

Construções/Reformas/Ampliações/Reparos/Serviços				
Localidade	Entrância/Instância	Área total	Início	Término
Centro Integrado de Justiça	Entrância Especial	13.272,77 m ²	8/4/2014	Out/2014
• Projetos Arquitônico - <i>layout</i>			Nov/2013	Fev/2014
• Projetos complementares em andamento			Ago/2014	Out/2014
• Licitação da obra			Out/2014	Dez/2014
Projeto de Segurança	Poder Judiciário MS	124.798,71 m ²		
• Execução dos Projetos	Poder Judiciário MS		18/11/2013	Nov/2014
-Licitação da Obra	2ª Instância		Set/2014	Dez/2014
Coxim - Construção • Em andamento	2ª Entrância	1.544,13 m ²	31/1/2014	Fev/2015
CREI/TJ e GABINETES Ampliação do estacionamento e adequação de espaços	2ª Instância	4.200,00 m ²	18/11/2013	Out/2014
8 e 9º Juizados - Reparos • Em licitação	Entrância Especial	563,22 m ²	*Nov/2014	*Fev/2015
Bela Vista Adequação Banheiro e reparos • Em licitação	2ª Entrância	637,13 m ²	*Nov/2014	*Fev/2015
Glória de Dourados – Reparos • Em licitação	1ª Entrância	500,84 m ²	*Nov/2014	*Fev/2015
4º Juizado Especial – Moreninhas - Reparos • Em licitação	Entrância Especial	306,57 m ²	*Nov/2014	*Fev/2015

* Previsão de início e término da obra

Manutenção Predial				
Localidade	Entrância/Instância	Área total	Início	Término
Terceirização da mão de obra de Manutenção Predial	Poder Judiciário - MS	124.798,71m ²	Dez/2012	Dez/2017



Maquete Virtual do Centro Integrado de Justiça



Inauguração do Fórum de Miranda



Inauguração do Fórum de Nova Alvorada do Sul



Inauguração da reforma do Fórum de Chapadão do Sul



Inauguração da ampliação do Fórum de Ivinhema



Inauguração da reforma do Fórum de Rio Verde de MT



Novo Fórum de Sete Quedas



Núcleo de Solução de Conflitos



Sala segura do Tribunal de Justiça



Tribunal adquire novos veículos para atender serviços

No biênio 2013/2014 foram adquiridos 24 novos veículos para atender diversas áreas do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. Para a aquisição da nova frota de veículos investiram-se mais de R\$ 2 milhões.

São 10 veículos Fiat Mille Way, cinco Chevrolet Picape S10, dois veículos Toyota, sendo um sedan Camry e uma camionete SW4, e sete veículos Mercedes-Benz, modelo Sprinter, sendo uma van para transporte de passageiros e seis unidades móveis para atendimento ao Juizado de Trânsito.

Leilão – No último leilão de bens patrimoniais móveis inservíveis ao Poder Judiciário - Leilão Público nº 001/2013 (veículos automotores e arquivos eletrônicos), realizado em 30 de setembro de 2013, foram arrecadados R\$ 533 mil referentes à venda dos lotes de veículos.

Coordenadoria gerencia **processos findos** das comarcas do interior



Devido às precárias condições dos arquivos das comarcas do interior, onde muitas vezes os autos são armazenados em locais com estruturas deficitárias e inadequadas, e com o objetivo de melhorar o gerenciamento dos processos arquivados em primeira instância, foi criada, por meio da Lei n. 4.329, de 27 de março de 2013, a Coordenadoria do Arquivo Judicial Centralizado, com a finalidade de receber os processos findos oriundos das comarcas do interior de Mato Grosso do Sul.

Para a criação da Coordenadoria, que fica vinculada à Secretaria Judiciária, foi feito um estudo acerca da situação dos processos arquivados. Da apuração, foi verificada a existência de mais de 150 mil caixas em 1ª e 2ª entrância e Dourados, sendo mais de 106 mil processos com mais de cinco anos de arquivamento.

Os processos judiciais da justiça comum, arquivados definitivamente há mais de cinco anos, podem ser remetidos à

Coordenadoria, de acordo com cronograma fornecido pela Secretaria de Bens e Serviços. Os autos encaminhados são cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Arquivo, acondicionados em caixas e armazenados em local apropriado.

Em caso de pedido de desarquivamento, os processos são digitalizados e convertidos em formato eletrônico no SAJ, ficando disponíveis para consultas. Apenas os processos de difícil digitalização são remetidos via malote.

A criação da Coordenadoria do Arquivo Judicial Centralizado possibilita um tratamento uniforme aos processos arquivados de todo o Estado, facilitando o manuseio e, se for o caso, possibilitando, futuramente, uma política igualitária de descarte.

Sua implementação permitiu, ainda, um maior aproveitamento de espaço físico nos prédios dos Fóruns estaduais.

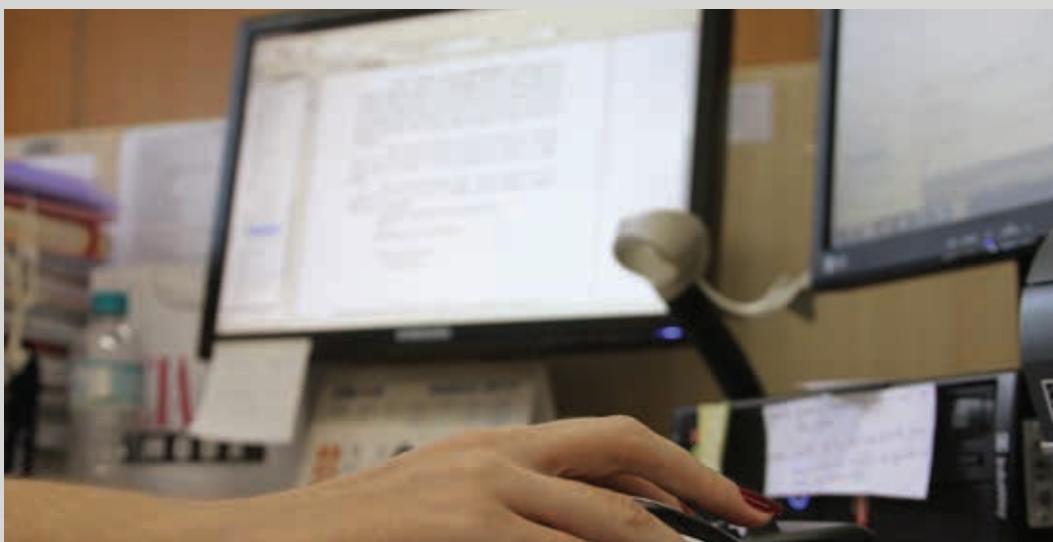
Tribunal cria Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul criou, no mês de março de 2013, o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos. A medida visa melhorar ainda mais o acompanhamento do trâmite de recursos repetitivos nos tribunais e acompanhar as decisões dos tribunais superiores.

O Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER) é órgão consultivo da Vice-Presidência do TJMS para as questões relativas ao juízo de admissibilidade de recurso extraordinário e de recurso especial, assim como do gerenciamento de acervo de processos sobrestados em decorrência dos institutos da repercussão geral e dos recursos repetitivos. Dados do final do mês de maio de 2014 apontavam que o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul

possuía 17.449 processos sobrestados aguardando decisão das cortes superiores.

Entre as atribuições do NURER estão a uniformização do gerenciamento de processos submetidos à sistemática da repercussão geral e dos recursos repetitivos, o monitoramento de recursos dirigidos ao STF ou ao STJ, a fim de identificar controvérsias e subsidiar a seleção, pelo órgão competente, de um ou mais recursos representativos da controvérsia, manter e disponibilizar dados atualizados sobre os recursos sobrestados no Tribunal, identificando o acervo a partir do tema e do recurso paradigma e auxiliar os órgãos julgadores na gestão do acervo sobrestado.



Tribunal de Justiça institui Gabinete de Crise



O Poder Judiciário de MS possui, desde o dia 3 de abril de 2014, um Gabinete de Crise para enfrentamento e solução de situações decorrentes de calamidades e/ou desastres ambientais. A iniciativa atende a Recomendação nº 40/2012, do Conselho Nacional de Justiça, que sugere aos Tribunais de Justiça estaduais a elaboração de um plano de ação para enfrentamento e solução de situações decorrentes de calamidades e desastres ambientais.

A medida se justifica ainda em razão de o Poder Judiciário de MS ter competência para decidir sobre o destino das pessoas e dos bens afetados pelas catástrofes climáticas ocorridas em território sul-mato-grossense, bem como controlar o funcionamento das atividades dos cartórios extrajudiciais.

O Gabinete de Crise é composto por um juiz auxiliar da Presidência do TJMS, um juiz auxiliar da Corregedoria, pelo Diretor-Geral, pelos diretores das Secretarias de Obras e de Tecnologia da Informação, além de um servidor da Assessoria Militar.

Entre outras atribuições, cabe ao gabinete apresentar minuta de regulamentação que contemple a possibilidade de requisição de bens móveis e imóveis, imprescindíveis ao atendimento de situação grave e emergencial; instituir equipe de apoio técnico especializado, com psicólogos, assistentes sociais, engenheiros, médicos, arquitetos, que possa ser deslocada para as áreas atingidas.

É também do gabinete a responsabilidade de decidir sobre situações que envolvam menores em situação de risco, inclusive sobre a remoção compulsória de áreas de alto risco, e apresentar sugestão de local para concentrar provisoriamente o atendimento do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e OAB, facilitando o acesso à população, e a tomada de decisões conjuntas. Os casos omissos serão submetidos à apreciação da Presidência do Tribunal de Justiça.

Comunicação divulga realizações do Judiciário de MS

Com o objetivo de promover o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul junto à sociedade, a Secretaria de Comunicação Social do Tribunal de Justiça efetuou diversas ações no biênio 2013/2014 nas áreas de imprensa, publicidade e relações públicas. A partir deste trabalho, o TJMS espera dar amplo conhecimento das políticas públicas e programas do Poder Judiciário, disseminar informações corretas sobre assuntos que sejam de interesse público para os diferentes segmentos sociais e que envolvam as ações da justiça estadual, além de atingir cada vez mais o público em geral, tornando o Judiciário de MS um órgão de fácil acesso.

Dados coletados de 1º fevereiro de 2013 a 31 de julho de 2014 apontam que foram produzidas 2.674 matérias lidas por mais de 3,5 milhões de pessoas. Destas, 1.210 trataram de decisões judiciais de magistrados de 1º Grau e dos colegiados do Tribunal de Justiça.

Foram produzidas ainda quatro edições da revista TJMS em Notícias. Com periodicidade quadrimestral, a revista informativa reúne as principais informações e acontecimentos do Tribunal de Justiça e demais órgãos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Vídeo – Lançado no dia 18 de setembro de 2013 e com 43 edições produzidas até agosto de 2014, o “Notícias TJMS” é um boletim semanal com os principais acontecimentos do poder judiciário estadual. Além do boletim, reportagens exclusivas foram apresentadas ao público em geral pelo Portal, Youtube e Facebook do Tribunal de Justiça.

A Secretaria de Comunicação lançou também, no dia 20 de setembro de 2013, o “Justiça Compartilhada”, um programa de entrevistas com os principais personagens do meio jurídico. O entrevistado no programa de estreia foi o





presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Des. Joenildo de Sousa Chaves, e até o mês de julho de 2014 foram exibidos 22 programas com entrevistas de desembargadores do Tribunal de Justiça.

Neste biênio ainda foram produzidos mais de 30 vídeos publicitários e institucionais sobre ações, eventos do Judiciário, propaganda de serviços disponibilizados pelo Poder Judiciário de MS e temas diversos relacionados à justiça.

A Secretaria também executa programas de ações continuadas, podendo-se destacar o Conheça o Judiciário, que realizou diversas visitas de acadêmicos das Universidades ao Tribunal de Justiça, Foco no Servidor, publicação semanal do perfil de servidores do Poder Judiciário no *Facebook*, Minicorrída do Judiciário, realizada anualmente no mês de maio, visando estimular as atividades físicas entre os servidores e o Concurso de Fotografias.

Campanhas publicitárias – A Coordenadoria de Relações Públicas desenvolveu inúmeras campanhas publicitárias institucionais, direcionadas ao jurisdicionado e aos servidores. Dentre estas, destacam-se as campanhas desenvolvidas para divulgar a Central de Processamento Eletrônico (CPE), do Posto Avançado da Justiça (PAJUS), da Central de Serviços da Secretaria de Tecnologia da Informação, a de divulgação das redes sociais e a campanha Avalie Seu Conciliador.

Comitê Gestor – Uma gestão participativa começa pela transparência de seus atos e do seu trabalho. E foi com este objetivo que o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Joenildo Sousa Chaves, reuniu, no dia 19 de março de 2013, representantes dos principais órgãos de imprensa de Campo Grande para apresentar a nova composição do Comitê Gestor de Comunicação Institucional do TJMS, órgão consultivo da Presidência nas questões relacionadas às ações de comunicação social do Poder Judiciário de MS.



Canal eletrônico aproxima presidente do TJMS e servidores

Desde o dia 25 de fevereiro de 2013, os servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul têm um canal direto com o Presidente do TJMS, Des. Joenildo de Sousa Chaves. O “Fale com o Presidente” está na intranet e possibilita um contato direto com o gestor. A ferramenta inaugurou a aproximação da administração com os servidores. Somente no primeiro mês de utilização, o presidente do Tribunal respondeu mais de 200 e-mails recebidos de servidores de todo o Estado.

O “Fale com o Presidente” segue os moldes do “Fale Conosco”, porém a mensagem é direcionada ao próprio Presidente. Depois de tomar conhecimento

da mensagem do servidor, as providências são tomadas. Na mesma ação de leitura deste sistema criado para dar suporte ao “Fale com o Presidente”, o Des. Joenildo reencaminha a mensagem para os e-mails de quem vai dar solução à demanda ou resolver pessoalmente.

O “Fale com o Presidente” dá acesso a quem está na ponta do processo da justiça e contribui com o desenvolvimento da prestação jurisdicional. Além de solicitações, reclamações e sugestões de melhorias, há a possibilidade de elogiar e passar informações.

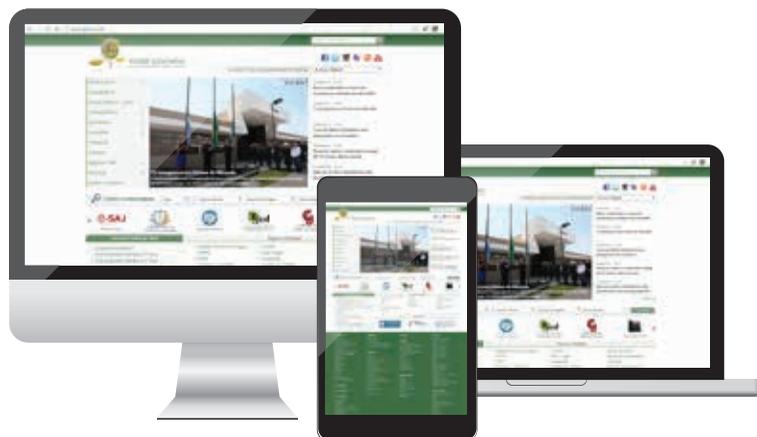
TJ disponibiliza pautas de julgamento em TVs nos plenários



Desde o dia 27 de agosto de 2013, quem passa pelo corredor de acesso aos plenários do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul depara-se com três televisores com as listas das pautas de julgamento das Seções, Câmaras, Órgão Especial e Tribunal Pleno. Os equipamentos substituem as antigas listas em papel afixadas no mural.

Os aparelhos de televisão funcionam de forma dinâmica, atualizando a pauta de cada órgão julgador de acordo com a publicação oficial realizada pela Secretaria Judiciária no Sistema de Automação da Justiça (SAJ). As pautas do período matutino ficam disponíveis a manhã toda e à tarde entram as pautas vespertinas.

Dois *layouts* são utilizados. Um mostra uma lista e, ao mesmo tempo, tem um espaço para divulgação de eventos e serviços do TJ na mesma tela e no outro há duas listas que podem mostrar a atualização em tempo real, ou seja, quando o secretário do plenário atualizar a pauta, acrescentando julgado, as tvs já mostram a atualização. Na tela aparecem de 30 a 32 processos listados por vez e de forma sequencial e de 15 em 15 segundos a página muda. Além de economizar rotinas de trabalhos e papel, o visual ficou melhor e mais moderno.



Tribunal de Justiça de MS lança **novo portal**

Com novidades importantes, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul lançou seu novo portal na internet no dia 18 de fevereiro de 2013. Um marco importante na utilização da tecnologia como ferramenta para facilitar a vida do cidadão e dos operadores do Direito. O espaço, de uma forma mais dinâmica e enxuta, dá visibilidade e acessibilidade aos serviços mais utilizados na página do Judiciário Estadual.

Uma das mudanças a ser percebida logo de início, a cor predominante no novo portal é a verde, como forma de denotar a adesão à visão de sustentabilidade assumida pelo Tribunal de Justiça. Na versão anterior o vermelho predominava.

Os perfis do TJMS nas redes sociais podem ser acessados pela nova página. Com os *links* mais visíveis, os usuários conseguem visualizar as atualizações do *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Flickr*, *Youtube*, além do *Feed RSS*, que permite a atualização automática das notícias ao leitor inscrito pelo sistema no site.

O novo *layout* dá destaque às fotografias vinculadas às últimas notícias. À esquerda do destaque estão localizados os

links, uns já conhecidos para os que usam a página no dia a dia, e outros são novos. Ali podem ser consultadas informações sobre Institucional, Corregedoria, Escola Judicial – Ejud, Acesso à Informação, Consulta, Jurisprudência, Comarcas, Juizados, Agência TJMS, Serviços e Ações e Projetos do Poder Judiciário.

O serviço mais utilizado no portal é a consulta processual. Na nova versão, o campo de busca dos processos está localizado logo abaixo da notícia de destaque, com um visual mais leve e de fácil compreensão para os usuários da página.

Outra facilidade são os botões rotativos, que possibilitam a consulta de outros serviços do portal. Assim, *links* como o Consigna Alvarás Conta Única, Depósitos Judiciais, Diário da Justiça, Licitações, Plantão Judiciário e Telefones Úteis, entre outros, podem ser visualizados e movimentados para os lados com o auxílio da seta disponibilizada na página.

Os serviços mais acessados nos botões rotativos foram colocados em evidência automaticamente pelo *site*, tornando a consulta mais dinâmica e célere.



Biblioteca implanta novo sistema de gerenciamento e segurança

A fim de aprimorar os serviços prestados pela Biblioteca do Tribunal de Justiça, foi adquirido um sistema eletrônico de segurança que, além de tornar o ambiente mais seguro, permite um melhor gerenciamento do acervo bibliográfico.

Todo o material que compõe a Biblioteca (livros, periódicos, CD's, DVD's) recebe uma etiqueta protetora de tecnologia eletromagnética que deve ser desativada quando o empréstimo for realizado (para que não haja disparo do alarme) e reativada quando da devolução do material.

A instalação do referido sistema trouxe maior comodidade para servidores e consulentes, na medida em que uma possível solicitação de verificação de material na saída do consulente se faz necessária apenas em caso de disparo do mecanismo.

Ademais, o sistema permite maior celeridade e confiabilidade na execução de inventário do acervo, visto que a verificação

do quantitativo de livros, periódicos e multimídias pode ser realizada por meio das etiquetas eletromagnéticas, não sendo mais necessário o fechamento da Biblioteca nos dias de execução de tal serviço.

Matrícula *on-line* e empréstimo via malote – Desde agosto de 2013, a Biblioteca disponibiliza os serviços de matrícula *on-line* e empréstimos via malote aos magistrados e servidores das comarcas de Campo Grande e do interior.

Com essa inovação, os serventuários da justiça de todo o Estado passaram a ter acesso direto ao acervo da Biblioteca, podendo solicitar empréstimos de material bibliográfico (livros, periódicos e multimídia) que será remetido às comarcas, segundo cronograma fornecido pela Coordenadoria de Apoio e Atendimento ao Público (serviço de malote).

Gestão de Pessoal atua com programas em benefício dos servidores



Na gestão do Des. Joenildo de Sousa Chaves na Presidência do Tribunal de Justiça, a Secretaria de Gestão de Pessoal desenvolveu vários programas, alcançando um alto índice de envolvimento dos servidores do Judiciário de Mato Grosso do Sul. Exemplo disso é o programa de Educação e Controle em Hipertensão Arterial, desenvolvido nas dependências do Fórum de Campo Grande, do Juizado Central e da Secretaria do Tribunal de Justiça.

O programa foi realizado de abril a junho de 2013 para magistrados e servidores a partir dos 40 anos. A equipe de saúde aferiu a pressão arterial nos postos de trabalho, respeitada a normatização do Ministério da Saúde. Foram realizadas nesse biênio a aferição de pressão de 1.146 pessoas, destas 334 se apresentaram hipertensas e estão recebendo acompanhamento da equipe multidisciplinar.

Em benefício da saúde dos

integrantes do Judiciário sul-mato-grossense, foram realizadas duas campanhas do Programa de Vacinação Antigripal, destinado a magistrados, servidores, estagiários, mirins, juízes leigos e conciliadores. O programa iniciou-se em 2013, com o objetivo de prevenir os servidores contra a gripe, doença altamente contagiosa e bastante frequente, promovendo a redução de uma das principais causas do absenteísmo, além de manter o bem-estar dos servidores. Foram imunizadas 2.985 pessoas nas campanhas de 2013 e 2014.

Outra proposta importante é a Alimentação Saudável, que visa promover saúde, prevenção e recuperação de doenças e agravos nutricionais, além de informar ou diluir dúvidas sobre alimentação e nutrição. O programa é coordenado pela nutricionista do TJMS, que atendeu 185 solicitações encaminhadas por e-mail e 795 consultas presenciais.

Destaca-se ainda o Adicional de

Qualificação, programa instituído por meio da Resolução nº 55/2011 e concedido a servidor efetivo do quadro permanente ou provisório, em atividade, quando da conclusão de formação em grau de escolaridade ou curso técnico acima do exigido para o ingresso no respectivo cargo efetivo, ou da conclusão de cursos de pós-graduação *lato sensu* (nível de especialização) e *stricto sensu* (mestrado ou doutorado).

Foram concedidos no período 557 adicionais, dos quais três para o ensino médio, 89 para graduação e 465 resultantes de pós-graduação (especialização).

Desde junho de 2013 está funcionando o sistema eletrônico para avaliação de estágio probatório. A alteração é resultante da Resolução nº 90/2013, que modificou dispositivos da Lei nº 4.322/2013 e da Resolução nº 41/2010. Isso significa que no estágio probatório são avaliadas aptidão e capacidade para o desempenho das atribuições do cargo, sem esquecer que a condição para declaração da estabilidade é a aprovação no estágio probatório durante três anos de exercício no cargo efetivo. Neste quesito, dados do mês de julho de 2014 apontam 420 servidores em estágio probatório e 82 servidores foram declarados estáveis durante o ano.

A SGP também prezou pela promoção de acessibilidade a pessoas com deficiência, avaliando a compatibilidade entre as funções do cargo e a deficiência apresentada pelo servidor. Foram atendidas e acompanhadas 17 pessoas.

Licenças e afastamentos também estiveram em evidência. Na prática, o serviço social do TJMS é responsável por acompanhar licenças para tratamento da própria saúde, analisando a documentação

e confirmando sua regularidade. Neste caso, foram analisadas 1.868 licenças.

No referente ao programa de acompanhamento das licenças de doença em pessoa da família, a verificação é feita por meio de relatório firmado por assistente social. No biênio foram elaborados 46 relatórios.

Para desenvolver o projeto de Acompanhamento Técnico dos Servidores das Comarcas foram visitadas todas as comarcas do interior e, em quatro anos de trabalho, entrevistados individualmente 1.345 servidores, número que correspondente a 88,6% do total. Os dados permitiram a elaboração de relatório com críticas, sugestões e levantamento de dificuldades.

Um dos mais esperados foi o Programa de Preparação para Aposentadoria, com a participação de 163 servidores. Iniciada em maio de 2013, a proposta visa orientar a busca de informações sobre o processo de aposentadoria, possibilitar o desenvolvimento de novas habilidades e atividades, bem como o resgate de potencialidades, proporcionar a oportunidade de planejar a nova fase da vida contemplando aspectos sociais, econômicos, de saúde e afetivos, que poderá ser seguido após a aposentadoria, e favorecer a discussão sobre os aspectos do final da carreira, buscando melhor desempenho e motivação pelo trabalho.

Novos servidores – No período de janeiro de 2013 a 13 de agosto de 2014, foram nomeados 364 novos servidores em cargos efetivos e 264 em cargos em comissão. Destes, 192 foram destinados à Secretaria do Tribunal de Justiça e 436 para as comarcas.



Circuito de Bem-Estar propicia qualidade de vida no trabalho

Como parte do Programa Qualidade de Vida no Trabalho, em parceria com empresas colaboradoras, o Poder Judiciário de MS realizou o Circuito de Bem-Estar no ano de 2013. Durante o ano, além da Capital, a administração do TJMS implantou o projeto em comarcas do interior do Estado, tendo como objetivo a melhora da qualidade de vida de servidores, magistrados e colaboradores do Poder Judiciário Estadual.

Com ações de saúde e bem-estar em evento de caráter coletivo, em abril a proposta foi desenvolvida em Ponta Porã, quando se atenderam 81 pessoas da comarca, entre servidores, estagiários e familiares, além de 26 servidores e três aposentados de Amambai.

Foram disponibilizadas orientações sobre saúde e cuidados com o coração, aferiu-se pressão arterial e foram realizados exames de dosagem da glicose em 70 servidores. Projetos do TJMS como Saúde Bucal e Alimentação Saudável também foram levados à comarca, onde

os servidores desfrutaram de atendimento psicossocial e orientação sobre planos de saúde. As palestras realizadas durante o circuito abordaram os temas Programação Financeira, Saúde Bucal, Transtornos Mentais e Impacto Social.

O mesmo circuito foi realizado em junho na Comarca de Três Lagoas, onde foram atendidos 74 servidores de Três Lagoas, cinco de Brasilândia, quatro de Água Clara e dois de Bataguassu. Sessenta servidores aferiram pressão arterial e fizeram exame de dosagem de glicose.

A exemplo do evento anterior, empresas parceiras proporcionaram orientações sobre saúde e cuidados com o coração, apresentaram alimentos orgânicos e fitoterápicos. Uma fisioterapeuta ofereceu massagem relaxante e laboral a 40 servidores e houve atendimento psicossocial a outros 14. Com palestrantes diferenciados, discutiram-se os temas Educação Financeira, Transtornos Mentais e Impacto Social de Prevenção às Drogas.



No dia 29 de outubro foi a vez da Secretaria do TJMS, quando foi proferida palestra sobre Doença Mental e Ambiente de Trabalho, com a participação de 110 servidores. No circuito foram realizadas ações de orientação à saúde, alimentação e bem-estar.

A equipe de odontólogos do TJMS atendeu por meio do Programa de Saúde Bucal, a nutricionista do TJMS explanou o programa Alimentação Saudável, a rede feminina do combate ao câncer divulgou o Outubro Rosa, com ênfase na prevenção do câncer de mama, e uma empresa colaboradora apresentou produtos naturais.

Quarenta e um servidores usufruíram de massagem rápida, 33 participaram do programa Viva Saúde, cinco servidoras participaram da coleta para o exame preventivo do câncer de colo de útero e a equipe de um hospital explanou o programa Cuidados com seu Coração, realizando 106 exames de glicose.

No dia 30 de outubro, o Circuito de Bem-Estar foi realizado no Fórum de

Campo Grande, com a reapresentação da palestra Doença Mental e Ambiente de Trabalho. Foram disponibilizados os mesmos stands da Secretaria do TJMS no dia anterior, quando 29 servidores passaram pela massagem rápida, 30 participaram do programa Viva Saúde, 16 servidoras fizeram a coleta para o exame preventivo do câncer de colo de útero e 102 realizaram exames de glicose.

E para finalizar as atividades de 2013, no dia 8 de novembro foi realizado o Circuito de Bem-Estar no Juizado Central de Campo Grande, onde se repetiram as atividades realizadas na Secretaria do TJMS e no Fórum da Capital, com exceção da palestra. Na abertura houve a participação do coral do Tribunal de Justiça que abrilhantou o evento.

No Juizado, 22 servidores usufruíram da massagem rápida, 29 participaram do programa Viva Saúde, 16 servidoras fizeram a coleta para o exame preventivo do câncer de colo de útero e 82 realizaram exames de glicose.



Auxílio educação infantil beneficia mais de 500 servidores

Maio de 2013 marcou uma data importante para os servidores do Poder Judiciário que têm filhos: a partir deste mês começou a ser pago o auxílio educação infantil. Foram beneficiados com o auxílio 555 servidores e 595 crianças de até cinco anos e 11 meses matriculadas em creche ou pré-escola. A medida foi adotada para dar tratamento igualitário aos servidores das 52 comarcas do Poder Judiciário.

Segundo a Portaria nº 443, de 11 de março de 2013, que regulamentou a concessão do auxílio, o benefício é concedido ao servidor ativo e abrange aqueles com criança sob guarda judicial. Cessará o pagamento do benefício a partir da data de aniversário de seis anos da criança.

A regulamentação traz ainda as

situações em que o servidor não faz jus ao pagamento do auxílio educação infantil, que será pago até o limite de dois filhos por servidor ou casal de servidores, não podendo o número de mensalidades exceder a doze, por criança, em cada exercício. Na hipótese de ambos os pais pertencerem ao quadro de servidores do Poder Judiciário, apenas um fará jus ao benefício.

O valor do auxílio educação infantil iniciou com o valor de R\$ 300,00 e em maio de 2014 foi reajustado para R\$ 330,00.

Famílias de servidores contam com **auxílio-funeral**

Acrescentado pela Lei nº 4.322, de 5 de março de 2013, o auxílio-funeral passou a fazer parte dos auxílios pecuniários aos quais o servidor tem direito, conforme estabelecido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

Assim, desde a publicação da alteração do Estatuto, o auxílio-funeral é pago à pessoa da família, em decorrência do falecimento do servidor ativo ou inativo, no valor equivalente à remuneração inicial do cargo efetivo de analista judiciário, símbolo PJJU-1. Desde a implantação até o final do mês de julho de 2014, foram efetuados cinco pedidos de pagamento do auxílio.

Para solicitar o benefício, o interessado deve formalizar o requerimento, no prazo máximo de trinta dias a contar da data do óbito, devidamente acompanhado da respectiva certidão. De acordo com a lei, na eventualidade de tais despesas serem suportadas por terceiro, será exigida, além da apresentação do requerimento, a comprovação dos gastos com o funeral.



Central de Serviços otimiza atendimento de TI



Com objetivo de dar agilidade e ampliar o horário de atendimento para servidores e operadores do direito que tenham dúvidas sobre questões relacionadas à informática do Tribunal de Justiça de MS, no dia 25 de novembro de 2013 entrou em operação a Central de Serviços da Tecnologia da Informação. O serviço funciona de segunda a sexta-feira, das 7 às 22 horas, e centraliza todas as chamadas sobre dúvidas, das mais simples às mais complexas, além de chamadas técnicas que necessitam da presença de técnicos, nos casos de servidores e magistrados.

O serviço melhorou significativamente o atendimento da grande demanda de solicitações direcionadas à Secretaria de Tecnologia da Informação. Até a implantação do novo sistema de trabalho, as ligações eram atendidas pelos três departamentos da TI: o de infraestrutura, de sistemas administrativos e de sistemas jurisdicionais. Isso

ocasionava muitas transferências das ligações de um departamento para o outro. Com a terceirização, todas as ligações devem ser feitas para o número 3314-1718, que direciona o usuário a um dos 20 postos de atendimento da Central de Serviços.

Um dos benefícios da Central de Serviços é a reorganização das equipes técnicas, de maneira que grande parte dos chamados, que são corriqueiros e de menor complexidade, sejam atendidos pelos técnicos da central. Os chamados mais complexos são repassados aos técnicos de nível 2, com maior experiência e conhecimento. Essa reorganização possibilita que a equipe de nível 2 tenha mais tempo para atuar em assuntos mais complexos e que tragam maiores benefícios ao Judiciário de MS.

Os dados de atendimento também têm um controle rígido e a partir desses resultados é possível criar ações de enfrentamento e de controle de situações, considerando alguns padrões de ocorrências.

Números – Desde sua implantação até o final do mês de julho de 2014, a Central atendeu 60.257 chamados, com percentual de 98,17% de resolução das demandas.

A média é de cerca de 3.500 chamados por mês, com 74% das chamadas externas resolvidas no primeiro atendimento.

Gravação de audiências por videoconferência garante maior agilidade

O serviço de gravação de audiência foi implantado em todo o Poder Judiciário de MS em maio de 2014. Desde então sua utilização vem crescendo a cada dia e os benefícios adquiridos são indiscutíveis.

Outra tecnologia muito utilizada na justiça estadual é a de videoconferência. Por meio dela é possível realizar reuniões de maneira remota, otimizando tempo e recursos do judiciário.

Como evolução no uso destas duas tecnologias, foi demandado à Secretaria de TI que audiências judiciais pudessem ser feitas por videoconferência e, além disso, gravadas diretamente no módulo de gravação de audiências do SAJ.

Por meio de pesquisas, a Secretaria de TI encontrou uma maneira de unir as duas tecnologias por meio de aplicativos auxiliares, fazendo com que o vídeo da videoconferência pudesse ser a entrada para o módulo de gravação de audiências e, desta maneira, ser gravado.

Esta tecnologia já está sendo aplicada com sucesso em algumas varas da Comarca de Campo Grande, Aquidauana e Ivinhema. Além disso, é utilizado para audiências com o presídio

de segurança máxima de Campo Grande. O planejamento é que para 2015 possa ser expandido para todo o estado.





Justiça de MS realiza primeira audiência por **videoconferência** com outro estado

Foi realizada no dia 21 de março de 2014 a primeira audiência por videoconferência de um réu que está em comarca do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul com juiz de outro estado da federação. A carta precatória da 40ª Vara Criminal do Rio de Janeiro foi enviada para a Comarca de Três Lagoas e, após uma semana para acertos, o réu, preso em MS, participou da audiência do processo de tráfico de drogas o qual responde na comarca carioca.

A realização de audiências por meio de videoconferência já não é prática nova no Judiciário sul-mato-grossense. Desde março de 2013, a Vara da Auditoria Militar, situada em Campo Grande, faz uso dos equipamentos de videoaudiência para os casos de cumprimento de carta precatória.

A carta precatória é utilizada toda vez que uma testemunha, réu ou determinada diligência precisa ser realizada

em comarca distinta de onde o processo tramita. Por meio dela, o juiz solicita a um magistrado de outra comarca que, por exemplo, realize a oitiva de testemunhas. Como o procedimento é muito burocrático, o que significa que, desde a solicitação até o retorno, são meses de espera. Com a videoconferência, além do ganho em agilidade no trâmite processual, a audiência é realizada pelo próprio juiz do caso e evita o trabalho do magistrado de outra comarca.

Hoje existem terminais de videoconferência instalados em 15 comarcas de Mato Grosso do Sul, mas há a possibilidade de se instalar um *software* de videoconferência e usar uma *webcam* comum para o procedimento.

Atualmente, a Vara Criminal de Aquidauana utiliza o sistema para a oitiva das partes no município de Dois Irmãos do Buriti, local onde está instalado o Posto Avançado da Justiça.



Informações digitais do TJMS são armazenadas em **sala segura**

Foi entregue, no dia 7 de abril de 2014, a sala segura do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. A maioria das informações críticas do Poder Judiciário são armazenadas em forma digital e acessadas pelos vários sistemas disponibilizados pela Secretaria de Tecnologia, como o SAJ, SCDPA, Portal, entre outros.

A fim de garantir a segurança destas informações, a Administração do TJMS investiu em uma sala segura para armazenar os equipamentos responsáveis por geri-las. Todos os detalhes deste novo ambiente foram pensados para garantir a segurança física e alta disponibilidade dos serviços de Tecnologia da Informação.

A operação dos serviços de TI nesse novo ambiente dependeu da entrega e configuração de novos equipamentos adquiridos. Após a instalação e

configuração destes, os serviços foram gradativamente migrados para o novo ambiente no mês de agosto. No mês de setembro todos os serviços de TI passam a operar na sala.

Novos equipamentos – Para iniciar a execução dos serviços na sala segura, a STI realizou a compra de novos equipamentos de rede (*switches*), equipamentos de armazenamento (*storage*) e máquinas servidoras de alto desempenho (*blades*).

O objetivo é renovar os equipamentos juntamente com o ambiente, diminuir o risco na migração de um ambiente para o outro e também possibilitar que os equipamentos antigos possam ser utilizados para ambiente de testes, homologação e redundância de alguns serviços de TI.

Magistrados e servidores contam com **novos computadores**



Em maio de 2014, o Conselho Nacional de Justiça entregou 1.445 computadores ao Poder Judiciário de MS. Além dos computadores, foram doadas as mesmas quantidades de monitores e *no-breaks*. A doação faz parte de um projeto nacional do CNJ para estruturação dos Tribunais visando a implantação do processo eletrônico.

Estes equipamentos foram devidamente patrimoniados com o apoio da Secretaria de Bens e Serviços e começaram a ser distribuídos na capital e interior do estado. O objetivo é substituir equipamentos já considerados obsoletos e fora de garantia.

Renovação – No ano de 2013, o Poder Judiciário de MS possuía mais de mil equipamentos que estavam com vida útil entre quatro e cinco anos. Apesar de estarem em bom estado de funcionamento, sua capacidade de processamento estava abaixo do ideal para se trabalhar com o processo eletrônico.

Além disso, o recomendável para este tipo de equipamento é que se faça a renovação a cada quatro ou cinco anos, para que se evite a ocorrência de falhas sucessivas com o excesso de uso.

Visando proporcionar um equipamento de qualidade para magistrados e servidores, até o final de 2013 foram empenhados e entregues pelo fornecedor 1.000 microcomputadores, que foram utilizados para troca nos Gabinetes dos Desembargadores, Secretaria do TJMS e Fórum de Campo Grande.

Notebooks – Atualmente, no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul todos os magistrados estão em posse de *notebooks* e os utilizam para agilizar o trabalho, seja nas dependências do judiciário ou em qualquer lugar que haja acesso à internet.

A solicitação dos magistrados foi atendida pela Presidência e para a aquisição e distribuição dos equipamentos foi realizado um trabalho minucioso de elaboração do Termo de Referência de maneira que pudesse ser aberta uma licitação que permitisse concorrência, mas que limitasse a um equipamento de qualidade.

O pregão foi realizado em abril de 2013 e a empresa vencedora foi a HP, que apresentou um equipamento com alta capacidade de processamento, armazenamento e durabilidade. Os *notebooks* foram recebidos em julho e em agosto foi iniciada a distribuição.



TJ disponibiliza primeiros terminais de peticionamento eletrônico

A partir de 2014, os advogados que atuam no Judiciário de Mato Grosso do Sul podem, além de consultar processos, peticionar pelos terminais de atendimento eletrônico disponibilizados pelo Poder Judiciário. As comarcas de Cassilândia e Costa Rica já os receberam no final de 2013.

Esses terminais passaram por modificações e, a partir de agora, estão equipados com entrada para *pendrive* e *token*, a fim de possibilitar o peticionamento. Com isso, o Judiciário busca dar agilidade no atendimento aos jurisdicionados.

A medida visa garantir meios para que partes e advogados possam consultar processos e realizar petições, principalmente nos casos de indisponibilidade de recursos próprios, como computador e internet, bem como evitar a perda de prazos por falta desses recursos.

Serão disponibilizados um total de 50 totens em todo o Mato Grosso do Sul. Inicialmente foi programada a instalação

de 20 terminais, prioritariamente nas comarcas de menor porte.

Em um primeiro momento serão atendidas comarcas que apresentam maiores problemas de conexão com a internet. Como o Judiciário conta com um *link* redundante para acesso à rede, a disponibilização dos terminais para peticionar visa evitar que, no caso de indisponibilidade da *web* na cidade, as partes percam prazos para interposição de recursos, por exemplo.

As primeiras 20 comarcas que receberão o equipamento são Amambai, Anaurilândia, Bataguassu, Bela Vista, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Corumbá, Costa Rica, Eldorado, Iguatemi, Inocência, Itaquiraí, Mundo Novo, Nioaque, Pedro Gomes, Porto Murtinho, Rio Negro, Sete Quedas e Sonora.

Tribunal institui nova Política de Segurança da Informação

O Tribunal de Justiça de MS instituiu, no dia 14 de agosto de 2014, sua nova Política de Segurança da Informação (PSI). A norma traz orientações de boas práticas de segurança da informação de sistemas informatizados e de documentação física.

Em seu conteúdo, a resolução trata dos tipos de informações e dos níveis de proteção, além das boas práticas do uso de recursos computacionais no TJMS e das responsabilidades aplicáveis aos servidores por suas práticas. Além disso, apresenta os princípios norteadores de como as informações devem ser tratadas no âmbito do Tribunal de Justiça que são a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade.

A norma atende às diretrizes da Resolução nº 90/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que exige a todos os tribunais do país a implementação de políticas e ações de gestão da segurança da informação nas Cortes brasileiras.

A política de segurança da informação possibilitará a elaboração de futuras normas e diretrizes, tais como a política de classificação, de acesso e de tratamento da informação, entre outras. Todos os magistrados, servidores, terceirizados, estagiários e colaboradores devem ter ciência do teor desta Resolução.

Além desta publicação, a equipe de segurança da STI, com o apoio do Comitê Gestor, executou e está executando diversas atividades paralelas como: mapeamento de riscos de segurança e elaboração de planos de mitigação de riscos; ações educativas para servidores e magistrados visando a criação de cultura de segurança da informação; elaboração de política de classificação da informação, auditorias nas áreas para identificação de falhas em segurança da informação, dentre outros.





Documentos de processos eletrônicos são armazenados de forma segura

O TJMS é um dos Tribunais estaduais mais avançados na implantação do processo eletrônico, uma vez que hoje aproximadamente 80% dos processos em andamento encontram-se neste formato.

Este avanço trouxe novos desafios para serem resolvidos antes desconhecidos. O sistema SAJ armazena todos os documentos dos processos eletrônicos em Banco de Dados. Esta característica ocasionou um crescimento muito rápido do tamanho da base de dados, dificultando assim a realização de procedimentos de *backup*, restauração, replicação, dentre outros.

A solução para este problema era retirar os documentos do banco de dados, uma vez que representavam aproximadamente 80% do volume total dos dados. Após pesquisas, a equipe da Secretaria de TI concluiu que a solução mais adequada seria a implantação de um CAS (*Content Addressable Storage* – Armazenamento de Conteúdo

Endereçável). Um CAS nada mais é do que uma solução composta por *hardware* e *software* destinada unicamente a armazenar documentos digitais de forma segura.

Por meio de uma parceria com a empresa Softplan foi desenvolvida uma POC (*Proof of Context* – Prova de Conceito) nas dependências do TJMS com o objetivo de provar que esta solução é viável de implantação juntos aos processos eletrônicos do sistema SAJ. Para execução da POC, foram selecionadas as bases de dados de Dourados e do Segundo Grau.

Após o sucesso da POC nestas bases, o procedimento estendeu-se para as demais bases de dados: Campo Grande (CGR) e a do interior do estado (MS).

Ao término desse projeto conquistou-se maior segurança dos documentos, desempenho do sistema, facilidade de gestão das bases de dados, dentre outros.

Tribunal adquire novo equipamento de **Banco de Dados**



Os sistemas SAJ são os principais serviços disponibilizados pela Secretaria de Tecnologia da Informação. Seu rendimento, alta disponibilidade e segurança são exigências constantes feitas pelos usuários e perseguido pela STI.

Um dos componentes mais importantes dos sistemas SAJ é o Banco de Dados. Trata-se de peça vital para o bom funcionamento do sistema. A arquitetura do sistema de gerenciamento de banco de dados do SAJ apresentava diversos problemas que refletiam no funcionamento do sistema.

Os fatores acima impulsionaram o início do projeto de evolução do Banco de Dados do SAJ. Após pesquisas pela

melhor solução a ser adotada, a equipe da STI concluiu que a melhor solução a ser implantada seria o *appliance IBM Pure Data*. Trata-se de uma solução de *hardware* e *software* integrada e projetada especificamente para execução de banco de dados de maneira eficiente.

Com a implantação desta tecnologia o sistema apresentou grandes melhorias em seu desempenho, segurança e disponibilidade.

TJ implanta ferramentas de Informações Gerenciais

O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul faz uso de diversos sistemas de informação a fim de automatizar processos de trabalho, manter registro de suas operações e gerar informações por meio de relatórios.

Apesar deste avanço, havia uma grande dificuldade em se gerar informações cujos dados eram combinações provenientes de diferentes sistemas. Assim, a administração dependia de relatórios gerados por diferentes áreas e, por diversas vezes, era obrigada a cruzar os dados de forma manual.

Diante deste cenário, teve início um projeto para implantação de um sistema de informações gerenciais, também conhecido como *Business Intelligence* – BI.

Business Intelligence – O *Business Intelligence* é um sistema orientado para a tomada de decisões. Os elementos de dados são reunidos de diversas fontes de aplicativos, em um ambiente centralizado, que proporciona uma visão voltada para análise.

A implantação do BI no Judiciário de MS tem como objetivos o aprimoramento do acesso a informação (judiciais e administrativas) com qualidade, agilidade, economicidade, confiabilidade e racionalidade, imprimindo à justiça estadual os princípios gerenciais de eficácia, eficiência, acelerando o processo de consultas e análise.



O projeto BI está sendo desenvolvido por empresa terceirizada de consultoria, em parceria com a Assessoria de Planejamento e a Secretaria de Tecnologia da Informação.

O projeto está na fase final de levantamento de dados dos indicadores estatísticos de litigiosidade no 1º Grau (justiça comum e juizados), previstos na Resolução n. 76 do Conselho Nacional de Justiça (Justiça em Números).

Benefícios – Com a implantação do projeto, espera-se como benefícios e resultados a utilização de informações gerenciais visando à melhoria contínua das ações do Poder Judiciário; conceder autonomia das informações ao usuário para que ele próprio obtenha seus relatórios analíticos, sem necessitar encomendá-los; permitir o desenvolvimento do hábito de efetuar análises informacionais e o aprimoramento das estratégias de busca pela exposição continuada e facilitada à informação.

Nova ferramenta garante eficiência no Planejamento Orçamentário e Contratos



Anualmente as áreas administrativas do TJMS necessitam elaborar o planejamento orçamentário para o ano seguinte. Em teoria, os recursos alocados neste planejamento garantem a realização dos projetos planejados pelas áreas. Este procedimento sempre foi realizado em planilhas de *Excel*, dificultando assim a elaboração pelas áreas e consolidação dos valores pela Secretaria de Finanças.

Outro problema enfrentado pelas áreas era a dificuldade na gestão de contratos. A Coordenadoria de Contratos da Secretaria de Finanças gerencia a vigência de centenas de contratos dos mais variados tipos para diversos fins.

A fiscalização destes contratos deixa a desejar pelos respectivos fiscais em alguns aspectos como: exigências de garantias, renovação em tempo hábil, dentre outros.

Visando solucionar estes problemas, a Secretaria de TI iniciou um projeto para o desenvolvimento de um novo sistema para a Secretaria de Finanças visando à automação de processos de elaboração, consolidação e aprovação do planejamento orçamentário. Além disso, este mesmo sistema possui outro módulo destinado à gestão de contratos, podendo gerenciar os valores empenhados, os valores já pagos, a vigência, dentre outros.

Estas ferramentas trouxeram um ganho considerável na eficiência para elaboração do planejamento orçamentário e maior controle dos contratos firmados pelo TJMS.



TI implanta **monitoramento centralizado** de serviços

Com o objetivo de melhorar a qualidade dos diversos serviços realizados simultaneamente pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça e oferecer respostas mais rápidas para as demandas, foi iniciado um projeto que centraliza o monitoramento de todos os serviços de TI por uma única equipe que, em caso de ocorrências de alarme, encarrega-se de acionar as equipes de solução responsáveis.

A implantação se deve à grande quantidade de serviços de TI realizados, divididos em três departamentos que compõem a Secretaria, o que tornava esse monitoramento cada dia mais complexo.

Como os analistas que faziam o monitoramento dos serviços nos departamentos, de forma independente, possuem outras atribuições, o trabalho de monitoramento ficava comprometido e o resultado não saía conforme esperado.

Em operação desde o dia 4 de agosto de 2014, foram atendidos 48 chamados, otimizando o tempo de resposta em relação à indisponibilidade dos serviços.

Links redundantes mantêm funcionamento de sistemas da justiça estadual

Até 2013, o Judiciário de MS possuía apenas um contrato com a empresa de telefonia Oi para o fornecimento do *link* de comunicação com as 52 comarcas do estado. Apesar destes *links* atenderem a demanda, a perda de comunicação com as comarcas ocorria com certa frequência, devido ao rompimento de fibra ou falha de algum equipamento da empresa prestadora de serviço.

Com o processo eletrônico e a utilização de diversos sistemas pela rede da justiça estadual, o impacto de uma falha na comunicação é muito alto para a comarca. Dependendo da situação, os servidores devem ser dispensados do trabalho pelo fato de não terem possibilidade de realizar nenhuma de suas atribuições.

Diante dos fatos, a Secretaria de TI iniciou um projeto para fazer o levantamento das possibilidades de se implantar redundância dos links de comunicação com as comarcas, a fim de eliminar os prejuízos causados por queda destes *links*, bem como possíveis melhorias e aquisições de infraestrutura para as comarcas, de forma a otimizá-los. A redundância é o fornecimento de duas possibilidades de *link* para as comarcas, assim, quando um não está acessível, o outro assume a transmissão e o sistema permanece em funcionamento.

Estudos e negociações com a empresa Embratel se iniciaram com objetivo de conseguir o fornecimento

do serviço por um preço razoável. O complicador do projeto foi o fato de a Embratel só possuir fibra de comunicação em 21 comarcas do Estado. Para todas as demais comarcas seria necessário utilizar a comunicação por satélite.

Diante da disponibilidade financeira do PJMS e a particularidade dos procedimentos, a Embratel desenvolveu este novo serviço e fez adaptações. Em junho foi possível firmar o contrato com a empresa para a implantação dos *links* e, em outubro, foram concluídas as instalações em todas as comarcas e os benefícios desta redundância já são percebidos.

O projeto foi finalizado pela Secretaria de TI no mês de dezembro de 2013, pois, apesar de os *links* estarem redundantes desde outubro, a mudança do *link* da Oi para Embratel, em casos de quedas, ainda era feita manualmente. Desde dezembro, o mecanismo é automatizado e a substituição, em caso de queda, ocorre quase simultaneamente.



Negociação evolui **contratos** do TJMS com a Softplan



Em 2013, o Tribunal de Justiça de MS iniciou um movimento de união dos tribunais clientes da Softplan: TJSC, TJSP, TJBA, TJAL, TJRN, TJCE, TJAM, TJAC e TJMS. O objetivo foi fortalecer a negociação e iniciar um novo modelo contratual conjunto, a fim de estabelecer critérios, padrão de precificação, garantias de qualidade, desenvolvimento de novas demandas, retenções e multas. As negociações se iniciaram nos primeiros meses do ano e se estenderam até novembro e o contrato foi estabelecido em dezembro de 2013.

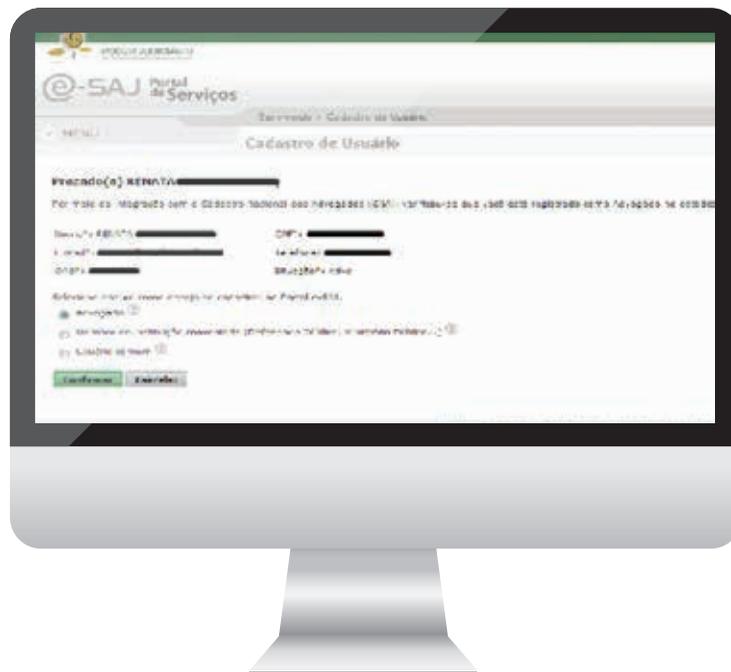
Atualmente são dois contratos com a empresa Softplan referentes ao sistema SAJ. O contrato 01.157/2010 está relacionado ao suporte a dúvidas e correções de falhas, bem como o direito de acesso a novas versões do sistema, desde que devidamente homologadas e aceitas pelo Judiciário de MS. Este contrato estabelece um banco de horas que deverá ser cobrado do PJMS, além do valor

pago mensalmente, em casos de solicitações de mudança no sistema pela justiça estadual.

O contrato 01.123/2013 atende ao serviço de manutenção corretiva e evolutiva do módulo de gravação de audiências e também a contratação de técnicos da Softplan para o auxílio no monitoramento e manutenção dos servidores de aplicação e bancos de dados de todos os sistemas SAJ instalados no judiciário sul-mato-grossense. A partir da assinatura deste último contrato, estão previstos itens técnicos importantes e artigos punitivos em caso de falhas da Softplan.

A tentativa de “endurecer” estes contratos não era tarefa fácil, devido ao fato de a empresa não possuir concorrentes, o que a deixava em situação confortável em relação aos contratos. Com a união dos nove tribunais usuários do sistema, foi possível melhorar a complexa situação.

TJMS integra e-SAJ com Cadastro Nacional dos Advogados



A Secretaria de Tecnologia da Informação do TJMS, dando continuidade ao trabalho de melhoria constante nos serviços oferecidos, integrou o sistema e-SAJ ao Cadastro Nacional dos Advogados – CNA, mantido pelo Conselho Federal da OAB. Assim, não é mais necessário o credenciamento do cadastro do advogado pelo Tribunal, sendo os dados validados automaticamente.

Após se cadastrar no e-SAJ, sempre que o advogado identificar-se no portal e-SAJ, o sistema consultará o CNA para verificar se houve alguma alteração e, caso algum dado esteja incorreto, o advogado deverá entrar em contato com a OAB do seu Estado para solicitar a correção.

Consulta – A fim de facilitar o trabalho dos operadores do Direito que utilizam o portal e-SAJ no âmbito da Justiça Estadual de MS, foi disponibilizado no sistema um acesso com perfil “Assessor”, que permite consultar petições, cadastrar petições iniciais e intermediárias, para que posteriormente os seus superiores as assinem e as enviem, assim como visualizar processos de acordo com a configuração de seu superior, ou seja, advogados, defensores públicos, procuradores e promotores de justiça. Com o acesso, os assessores podem auxiliar o advogado nas atividades referentes a esse perfil.

Sistema e-SAJ possibilita emissão de diligência para oficial de justiça

Desde o dia 10 de junho de 2013, o portal de serviços e-SAJ passou a emitir as guias e boletos bancários referentes às diligências dos oficiais de justiça. A atualização veio para facilitar o trabalho dos advogados, pois o sistema já efetua o cálculo do valor das custas a ser pago mediante a quantidade de atos e/ou quilometragem informada, além de o pagamento poder ser feito em qualquer agência bancária ou pelo *internet banking*.

A novidade foi implantada diante da dificuldade de gestão financeira em relação às custas de diligências para oficiais de justiça. Não havia uma gestão centralizada para este tipo de custas. As partes dos processos faziam o depósito de custas para diligências em contas bancárias vinculadas às comarcas que as controlavam. A administração do TJMS não fazia ideia dos valores existentes nestas contas, muito menos do fluxo de entrada e saída de valores.

Com o novo sistema, as guias, quando pagas pela parte, geram uma informação pelo banco que, integrado ao SAJ, automaticamente retira a pendência de pagamento de custas. A nova guia gerada direciona o valor depositado para uma conta centralizada e controlada pelo TJMS. Assim, a administração dos valores e dos pagamentos de despesas de diligência aos oficiais de justiça fica sob a responsabilidade do Tribunal.

A conclusão do projeto possibilitou

a regularização da situação de custas para mandados de oficiais de justiça e também que o advogado gere a guia pelo Portal sem que haja a necessidade de apresentação do comprovante original.

Números – Desde sua implantação, até o dia 22 de agosto de 2014, 65.365 guias foram emitidas baixadas ou devolvidas pelo sistema.

Petições intermediárias são juntadas automaticamente no sistema SAJ

Desde o dia 17 de março de 2014, o sistema SAJ de Primeiro Grau conta com uma nova funcionalidade que alterou a maneira como são feitas as juntadas de petições intermediárias.

Até então, o advogado protocolava a petição e aguardava a juntada ao processo, que era feita pelo cartório. Com o objetivo de dar celeridade ao andamento processual e desonerar os cartórios, atualmente o advogado protocola a petição diretamente no portal e-SAJ e a juntada é feita automaticamente pelo sistema, sem intervenção do servidor do cartório.

Certidão negativa de segundo grau é disponibilizada on-line

The screenshot displays the 'e-SAJ Portal de Serviços' interface for the 'Cadastro de Pedido de Certidão de 2º Grau'. The page includes a navigation menu with 'MENU' and a breadcrumb trail: 'Início > Certidões > Certidões de 2º grau > Cadastro de Pedido de Certidão de 2º Grau'. A 'Destacado' section contains a note: 'Para pedir uma certidão, preencha os campos do formulário abaixo e clique no botão "Enviar". Certidões com resultado positivo ou com muitas ocorrências de nome ao poderão ser solicitadas na secretaria do Tribunal de Justiça.' The main form area is titled 'Resumo do Pedido' and contains the following fields: 'Modalidade' (dropdown menu), 'Nome' (text input), 'CPF' (text input), 'RG' (text input), 'Gênero' (radio buttons for 'Masculino' and 'Feminino'), 'Nome da mãe' (text input), and 'Nome do pai' (text input). Below this is the 'E-mail informado para envio das instruções' section, which includes an 'E-Mail' field, a 'Código de segurança' field with a CAPTCHA image (showing 'F.p.w.P.t.s.'), and a 'Digite o código aqui' input field. There are 'Enviar' and 'Limpar' buttons at the bottom of the form. The footer of the page reads: 'Desenvolvido pelo Software em parceria com o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul'.

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul começou no dia 2 de junho de 2014 a disponibilizar em seu Portal o serviço de “Certidão de Segundo Grau”. Esta nova funcionalidade proporciona mais agilidade e comodidade para os usuários do Poder Judiciário, que podem emitir certidões de 1º e 2º grau em qualquer lugar e quando precisar. Desde sua implantação, até o dia 22 de agosto, foram emitidas 3.591 certidões.

O serviço de emissão de Certidões Cíveis e Criminais de 1º grau já podia ser feito no portal do TJMS. Agora o cidadão pode emitir todas as certidões judiciais de forma prática e totalmente gratuita.

Para obter uma certidão, o interessado deve entrar no portal do Tribunal de Justiça, selecionar “Certidões” no menu “Serviços”, em seguida escolher o tipo de certidão – de 1º ou 2º grau. O usuário deverá cadastrar o pedido e aguardar o envio da certidão em seu *e-mail*.

Implantado **Processamento Paralelo** para assinatura de documentos do SAJ

As tecnologias de certificação e assinatura digital viabilizaram o surgimento do processo judicial eletrônico. O processo de assinatura digital requer passos criptográficos que são executados na máquina do usuário, além das regras de negócio executadas pelo sistema nas máquinas servidoras. Cada assinatura digital demora em média 6 segundos para ser executada. Apesar de parecer rápido, este tempo de assinatura é muito criticado pelos usuários, principalmente quando há a necessidade de se assinar vários documentos em um curto espaço de tempo. Isso porque, enquanto o sistema está assinando um documento, permanece travado para o usuário até que a transação termine.

Diante deste cenário, a Softplan desenvolveu uma solução para o sistema SAJ utilizando-se dos conceitos de processamento paralelo. Esta nova característica do sistema permitiu que usuários executassem assinaturas em lote

sem que o sistema trave devido à transação. Para tanto, é aberto um processo paralelo para assinatura dos documentos e então o sistema SAJ é liberado para uso normal pelo usuário. Assim que o processo paralelo de assinatura é concluído, o usuário é avisado para conhecimento.

Esta funcionalidade teve grande aceitação pelos usuários, principalmente por magistrados de varas com grande volume de processos que exigem procedimentos de assinatura em lote, como por exemplo: execução fiscal, juizados, dentre outros.



Semana do Júri agiliza julgamento de crimes dolosos contra a vida



No período de 17 a 21 de março de 2014 foi realizada a Semana Nacional do Tribunal do Júri. No Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul foram realizadas 97 sessões das 119 agendadas, o que representa mais de 81% do total de processos que tiveram uma resposta definitiva da justiça.

A semana ocorreu em todo o território nacional, com mais de 3.000 sessões de júri pautadas. Em MS, os 97 julgamentos foram realizados nas 52 comarcas instaladas e são processos que se referem a crimes dolosos contra a vida, com denúncia recebida até 31 de dezembro de 2009.

Além de juízes, a ação reuniu a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério Público, a Polícia, servidores e cidadãos comuns convocados como jurados. Neste tipo de crime, a sociedade se reserva o direito de julgar os acusados.

TJ inaugura Espaço Cultural Desa. Marilza Lúcia Fortes



Em solenidade realizada no dia 29 de maio de 2013, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul inaugurou o Espaço Cultural Desa. Marilza Lúcia Fortes. O espaço foi preparado para atender artistas que desejam mostrar seu trabalho a magistrados e servidores do Poder Judiciário na Capital. Anteriormente, as exposições artísticas eram realizadas no saguão do Palácio da Justiça.

O nome do espaço é uma homenagem à desembargadora que faleceu em setembro de 2012. Marilza Lúcia Fortes ingressou na carreira em 1980 e foi juíza auditora da Justiça Militar até março de 2006, data de sua promoção como integrante da mais alta Corte de Justiça de MS.

Desde sua inauguração, foram realizadas duas exposições mensais, com média de 40 obras por artista e expressivo número de visitas às obras.



TJMS sedia exposição de protótipos baseados em estudos de **Da Vinci**

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul sediou, de 18 de março a 25 de abril de 2014, a exposição “O Legado”, com protótipos baseados em estudos de Leonardo Da Vinci. O evento teve entrada gratuita ao público e foi realizado na Galeria dos Desembargadores do TJMS, primeiro tribunal do país a receber as peças.

Com 21 protótipos do gênio da Renascença, todos construídos a partir de estudos e desenhos, a exposição tem trabalhos inéditos e, diferentemente de outras mostras sobre Da Vinci, a maior parte das peças foi construída em tamanho natural.

No período em que a exposição permaneceu no TJMS foram recebidos mais de 2.500 alunos de 55 escolas públicas e privadas.

Os visitantes da exposição puderam apreciar protótipos com tal nível de excelência não encontrado na própria Itália, terra do respeitado artista. Todas as peças foram acompanhadas de painéis com reproduções de obras do artista.

Tribunal de Justiça entrega Colar do Mérito Judiciário



O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul realizou, no dia 6 de agosto de 2014, no plenário do Tribunal Pleno do TJ, a solenidade de entrega da comenda do Colar do Mérito Judiciário.

A comenda é a mais alta homenagem outorgada a pessoas que tenham prestado relevantes serviços à cultura jurídica ou ao Poder Judiciário. Personalidades do mundo jurídico e empresarial, que se destacaram por sua dedicação à causa da justiça, receberam a honraria.

A comenda foi instituída pela Resolução nº 249, de 18 de dezembro de 1997, e desde a instituição da honraria o Colar do Mérito Judiciário foi entregue

para mais de 50 autoridades. Entre os homenageados, já a receberam ministros, desembargadores, procuradores e pessoas que colaboraram de forma expressiva com a justiça.

A medalha que os agraciados recebem é dourada, inscrita com o símbolo da justiça (balança e espada), tendo ao centro o contorno do Estado de MS em retículo, contendo em seu interior a figura do tuiuiú – símbolo do pantanal sul-mato-grossense – ladeadas pelo café frutificado (à direita) e pela erva-mate florida (à esquerda), circundadas pelos dizeres Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul – Mérito Judiciário.



Saiba quem foram os homenageados:

- ≈ Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto - Ministro do Supremo Tribunal Federal
- ≈ Rêmolo Letteriello - Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul
- ≈ Luiz Carlos Santini - Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul
- ≈ Paulo Alfeu Puccinelli - Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul
- ≈ Marilza Lúcia Fortes - Desembargadora do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul – *in memoriam*
- ≈ João Carlos Brandes Garcia - Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul – *in memoriam*
- ≈ Rubens Bergonzi Bossay - Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul
- ≈ Antônio Rulli Júnior - Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo
- ≈ Nívio Geraldo Gonçalves - Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
- ≈ Edervaldo Teixeira de Abreu Filho - Contra-Almirante
- ≈ João Francisco Ferreira - General-de-Exército
- ≈ João Jazbik Neto - Médico Cardiologista
- ≈ Orpheu Santos Salles - Editor da Revista “Justiça e Cidadania”
- ≈ Adiles do Amaral Torres - Diretora Presidente do Jornal “O Progresso”
- ≈ Margarida Machado Maranhão da Rosa - Servidora aposentada do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul





JUSTIÇA

COMPARTILHADA

